



PERFIL URBANO DA CIDADE DOS ESPARGOS ILHA DO SAL REPÚBLICA DE CABO VERDE

Setembro de 2013



Direitos Autorais © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), 2013

Todos os direitos reservados

As publicações do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos das Nações Unidas podem ser obtidas no seguinte endereço:

Escritórios Regionais e de Informação ou diretamente:

Caixa Postal 30030, GPO 00100 Nairobi, Quênia.

Fax: + (254 20) 762 4266/7

E-mail: unhabitat@unhabitat.org

Website: <http://www.unhabitat.org>

Este projecto foi preparado e gerido pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, DGOTDU do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, de Cabo Verde em Parceria com o Escritório Local do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONUHABITAT, no quadro do Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde.

O presente Perfil Urbano foi coordenado, a nível do país por Judite Santos, Vereadora e Ponto Focal da Câmara Municipal do Sal e Jeiza Tavares, Directora da DGOTDU.

A equipa de Gestão do Programa foi composta por Janice Helena Da Silva, Coordenadora da ONU-HABITAT para Cabo Verde; Kerstin Sommer – Responsável Global do PSUP e Mathias Spaliviero, Conselheiro Regional, ONUHABITAT

PERFIL URBANO DA CIDADE DOS ESPARGOS, ILHA DO SAL: REPÚBLICA DE CABO VERDE

HS Number: HS/022/14P

ISBN Number (Series): 978-92-1-132023-7

ISBN Number (Volume): 978-92-1-132611-6

Renúncias de Responsabilidades

A designação empregada bem como a apresentação do material contido nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites, ou ainda, sobre o seu sistema económico ou grau de desenvolvimento. A análise, conclusões e recomendações do presente relatório não reflectem necessariamente os pontos de vista do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Conselho de Administração da ONU-Habitat ou seus Estados-Membros. Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. As opiniões aqui expressas, não podem, de forma alguma, ser consideradas ser a opinião oficial da União Europeia. Fragmentos desta publicação podem ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte.

Edição (Cláudio Furtado)

Desenho e Layout: Matthieu Sublet, ONUHABITAT

Paginação: Jaime Silva

Arte Work: Mick Silves

Créditos das fotos: © ONU-Habitat e Câmara Municipal do Sal



PERFIL URBANO DA CIDADE DOS ESPARGOS, ILHA DO SAL, REPÚBLICA DE CABO VERDE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
PREFÁCIO	6
INTRODUÇÃO GERAL	7
ESTRUTURA DO RELATÓRIO	8
INTRODUÇÃO	12
CONTEXTO URBANO	13
ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIRROS INFORMAIS	17
SEGURANÇA URBANA	20
SERVIÇOS URBANOS DE BASE	22
AMBIENTE E RISCOS URBANOS	25
GÉNERO	27
VIH/SIDA	29
ANÁLISE SWOT DO PERFIL URBANO DA CIDADE	30
PROPOSTAS DE FICHA DE PROJECTO	33
ACRÓNIMOS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICOS	37

PREFÁCIO DO DIRECTOR EXECUTIVO



De acordo com a pesquisa publicada no maior relatório da ONU-Habitat, O Estado das Cidades do Mundo 2010-2011, todas as regiões em desenvolvimento, incluindo as da África, Caraíbas e Pacífico, terão mais pessoas a viver em áreas urbanas do que nas áreas rurais até o ano 2030. Com

a metade da população do mundo já a viver nas áreas urbanas, são assustadores os desafios que enfrentamos na luta contra a pobreza urbana, na nossa busca por cidades sem assentamentos informais, cidades onde as mulheres se sentem mais seguras, cidades inclusivas com energia, água e saneamento, e transporte acessível, cidades melhor planeadas, mais limpas e mais verdes. Mas como mostra esta série, há muitas soluções interessantes e melhores práticas para a qual podemos recorrer. Afinal, os números dizem-nos que durante a década de 2000 a 2010, um total de 227 milhões de pessoas, nos países em desenvolvimento, saiu de condições de moradores dos assentamentos informais. Em outras palavras, os governos, cidades e instituições parceiras, colectivamente, superaram a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no que toca aos assentamentos informais, duas vezes e 10 anos à frente do prazo acordado de 2020. A Ásia e o Pacífico estiveram na vanguarda dos esforços bem-sucedidos para alcançar a mesma meta, com todos os governos da região melhorando a vida de cerca de 172 milhões de moradores dos assentamentos informais entre 2000 e 2010.

Na África subsaariana, porém, a proporção total da população urbana vivendo em assentamentos informais diminuiu apenas 5 por cento (ou seja 17 milhões de pessoas).

O Gana, Senegal, Uganda e Ruanda foram os países mais bem sucedidos na sub-região, reduzindo as proporções de moradores de assentamentos informais, até mais de um quinto na última década.

Cerca de 13 por cento do progresso feito em direcção à meta mundial sobre os assentamentos informais ocorreu na América Latina e no Caribe, onde estima-se que 30 milhões de pessoas saíram de condições de moradores dos assentamentos informais, desde o ano 2000.

No entanto, a ONU-Habitat estima em confirmar que os progressos realizados, para a meta dos assentamentos informais, não têm sido suficientes para conter a expansão demográfica em assentamentos informais no mundo em desenvolvimento. Neste sentido, os esforços para reduzir o número de moradores dos bairros de

assentamentos informais não são satisfatórios nem adequados.

Como parte dos nossos esforços para resolver esta crise, a ONU-Habitat está a trabalhar com a Comissão Europeia e o Secretariado para a África, Caraíbas e Pacífico (ACP), sediado em Bruxelas, visando apoiar o desenvolvimento urbano sustentável. Dadas as necessidades urgentes e diversificadas, achamos necessário desenvolver uma ferramenta para uma rápida avaliação e planeamento estratégico de forma a orientar as intervenções imediatas, de médio e longo prazo. E aqui nós temos isso na forma desta série de publicações. O Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais (Participatory Slum Upgrading Programme) é baseado no diálogo político entre a ONU-Habitat, o Secretariado ACP e a Comissão Europeia, que remonta ao ano 2002. Quando as três partes se reuniram na sede da ONU-Habitat, em Junho de 2009, mais de 200 delegados de mais de 50 países aprovaram uma chamada retumbante à comunidade internacional para prestar maior atenção a estas questões de urbanização, e para estender o programa de urbanização dos assentamentos informais para todos os países do Grupo ACP.

Vale a pena lembrar aqui como somos gratos ao nono Fundo de Desenvolvimento da Comissão Europeia aos países ACP disponibilizando 4 milhões de euros (5.7 milhões de dólares no câmbio de Junho de 2011) para permitir à ONU-Habitat a realização do programa, que hoje atende a 59 cidades em 23 países africanos, e mais de 20 cidades em seis países do Pacífico, e quatro países do Caribe. Na verdade, desde a sua criação em 2008, o programa de urbanização dos assentamentos informais alcançou a confiança de parceiros a nível de cidade e país na África, no Caribe e no Pacífico. Ele está a dar uma grande contribuição destinada a apoiar os esforços de redução da pobreza urbana, como cada relatório desta série nos mostra. Eu gostaria de expressar a minha gratidão à Comissão Europeia e ao Secretariado ACP pelo seu compromisso com este programa de urbanização dos assentamentos informais. Eu tenho toda a confiança de que os resultados descritos neste perfil, e noutros, servirá para orientar o desenvolvimento de respostas, capacitação e investimentos no sector urbano.

Além disso, eu gostaria de agradecer a cada Equipa País pelo seu contínuo apoio neste processo, que é essencial para o sucesso da implementação do Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais.

Dr. Joan Clos

Sub Secretário Geral das Nações Unidas
Director Executivo da ONU-Habitat

PREFÁCIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO SAL



Fazendo uma retrospectiva do trajecto evolutivo da Ilha do Sal, desde o seu achamento até os nossos dias, sentimos motivos de sobra para nos orgulharmos desta ilha que antes parecia árida e inóspita e, por isso, destino dos deportados das outras ilhas, hoje destino turístico privilegiado, cidade

cosmopolita, com um forte pulsar socioeconómico.

Para tal, relevamos a forte contribuição derivada da construção do Aeroporto do Sal, nos anos 40 do século passado, hoje Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, servindo de ponto de escala obrigatória dos aviões nas rotas transatlânticas, Europa/América do Sul, passando a ser também destino turístico, descoberto por empreendedores que viram no nosso clima ímpar, as nossas lindas praias de areia branca a perder-se no infinito, o nosso mar de águas límpidas com tons de azul/azul esverdeado, a nossa “tradicional morabeza”, soberbos atractivos para a implantação bem sucedida da indústria turística.

A economia da Ilha tinha como componente complementar à aviação comercial as salinas de Pedra de Lume, tendo quase coincidido o início da viragem antagónica dessas suas duas vertentes: o declínio da indústria salineira (com o desaparecimento da clientela africana, o desbloqueio dessa área de negócio sul africano, o fim do apartheid e a queda do regime racista sul-africano) e a crescente evolução do Aeroporto, hoje uma referência da Aviação Internacional no cruzamento das rotas transatlânticas.

Impôs-nos essa nova condição a necessidade de mudar, de forma drástica, todos os paradigmas do nosso fazer, viver e sentir a sociedade, com as exigências da prestação de serviço e infra-estruturas de qualidade e de todas as valências necessárias para tornarmos a ilha verdadeiramente atractiva, sem perigar a qualidade de vida dos autóctones, antes constituindo-se como a principal razão de ser da nossa opção do desenvolvimento através do turismo.

A nossa impreparação perante o impacto da rápida e crescente demanda da nossa Ilha pelos empreendimentos turísticos, não nos fez cuidar de aspectos tão importantes como a explosão demográfica e de todos os aspectos daí advenientes: habitação, fornecimento de energia e água, cuidado de saúde, educação e formação profissional, causando um forte desequilíbrio, que vamos tentando colmatar numa atitude reactiva, à medida das nossas possibilidades, que um plano de ordenamento turístico a montante teria evitado.

É assim que o nosso combate de hoje é no sentido de diminuir drasticamente os chamados “slums” ou “bidonvilles”, de criar condições do razoável abastecimento de energia e água à população, de proceder ao saneamento adequado do meio, à formação profissional, entre outros.

Este perfil urbano que vos é agora apresentado, retrata a cidade de Espargos nos seus aspectos físicos, ambientais e humanos, com a sua vocação, virtudes, necessidades, carências e aspirações, e aponta pistas relativas às acções a serem empreendidas, no sentido de melhorar de forma dinâmica a situação ora reinante.

Estamos gratos ao MAHOT e à ONU Habitat a esta causa ao chamar a si a tarefa de apoiar o estudo do perfil urbano da cidade de Espargos, constituindo um estudo de caso, apontando caminhos no sentido de criar condições para a melhoria da qualidade de vida na urbe.

O Presidente,

DR. Jorge Eduardo St'Aubyn de Figueiredo

INTRODUÇÃO

O objectivo do presente Perfil do Sector Urbano é contribuir para o desenvolvimento da política de redução da pobreza urbana a nível nacional em Cabo Verde. Enquadra-se no programa da ONU- Habitat de cooperação com o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, MAHOT. Ele é realizado mediante uma avaliação das necessidades e dos mecanismos de resposta no quadro de uma contribuição à implementação dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM). A política será orientada para apoiar as actividades compreendendo o reforço das capacidades, o plaidoyer, a gestão do saber assim como as actividades operacionais. A abordagem baseia-se nos TDR estandardizados do Perfil do Sector Urbano desenvolvidos pela Comissão Europeia (CE) e já implementadas pela ONU HABITAT em outros países. Além disso, uma análise e uma consulta nacional serão realizadas para buscar um consenso sobre os temas e as questões nacionais e sobre os mecanismos de respostas. Esta combinação será rigorosa para o perfil urbano nacional a realizar para cada país identificando as insuficiências e os domínios de intervenção prioritários. A finalidade é permitir uma integração espacial/ territorial multisectorial e uma colaboração intersectorial na análise das questões urbanas assim como na concepção das intervenções que estão prestes a ser implementadas. No presente estudo, as análises serão conduzidas a uma etapa superior ao nível regional/ sub-regional onde as conclusões nacionais serão utilizadas para resultar em tendências e recomendações regionais para a redução da pobreza urbana em Cabo Verde. Cinco principais temas serão analisados para tratar a questão da gestão urbana e da redução da pobreza, incluindo : (1) Governação Urbana e desenvolvimento económico ; (2) Habitação e Condições de vida nos bairros espontâneos ; (3) Segurança urbana ; (4) Serviços Urbanos de Base ; (5) Ambiente e riscos urbanos ; (6) Género e (7) VIH / SIDA.

METODOLOGIA

A primeira fase consiste em elaborar um quadro das condições de vidas nas cidades, à escala local mas também nacional. Os perfis serão realizados sobre a capital do país ou em alternativa, nas cidades capitais dos municípios. As cidades serão escolhidas de forma a oferecer uma boa representatividade da situação urbana do país. A análise desenvolve sete grandes temas: (1) Governação Urbana e desenvolvimento económico ; (2) Habitação e Condições de vida nos bairros espontâneos ; (3) Segurança urbana ; (4) Serviços Urbanos de Base ; (5) Ambiente e riscos urbanos ; (6) Género e (7) VIH / SIDA. As informações serão obtidas através de entrevistas e de discussões com os actores chave e as instituições. Uma vez analisadas, será possível identificar as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças (método SWOT) que enfrentam as cidades e os países no seu desenvolvimento. Estas conclusões serão de seguida apresentadas nas consultas nas cidades e a nível nacional, afim de, eventualmente, serem revistas, modificadas. Um con-

senso deverá, então, ser conseguido entre os diferentes actores engajados no processo, a fim de fazer emergir as prioridades para intervenções futuras.

A segunda fase, na base das prioridades identificadas na fase 1, e depois do estudo de viabilidade, consiste em implementar um programa de formação para quadros da administração e determinar o que serão os projectos de investimento prioritários.

A terceira fase é a fase de realização dos projectos assumidos nas duas fases precedentes. Mas é essencial dar os meios que permitirão aos países trabalhar, eles mesmos, o desenvolvimento de suas cidades. Este grau de autonomização será tornado possível, de entre outras, pela implementação de quadros institucionais sólidos.

O presente relatório é a síntese do trabalho realizado na primeira fase do programa PSUP e diz respeito à Elaboração e Validação do Perfil Urbano da Cidade de Espargos, Ilha do Sal, Cabo Verde Cabo Verde

RESUMO EXECUTIVO

ANTECEDENTES

A ilha do Sal está situada entre os paralelos 16° 35' e 16° 51' Norte e os meridianos 22°52' e 23°00' Oeste de Greenwich. É das ilhas do arquipélago com menor dimensão territorial (216 km²), formada por material eruptivo e sedimentário, tendo de comprimento 30 km, da Ponta Norte à Ponta do Sino a Sul, e 12 km de largura, da Ponta do Rabo de Junco a Ponta do Ilhéu de Chano.

A morfologia insular é caracterizada por grandes superfícies planas cuja monotonia é alterada por alguns relevos montanhosos de carácter pontual, sendo o ponto mais elevado o Monte Grande com 406 m de altitude.

De clima árido, com temperaturas médias anuais em torno dos 25°C, a ilha possui uma faixa litorânea de mais de 1017 km.

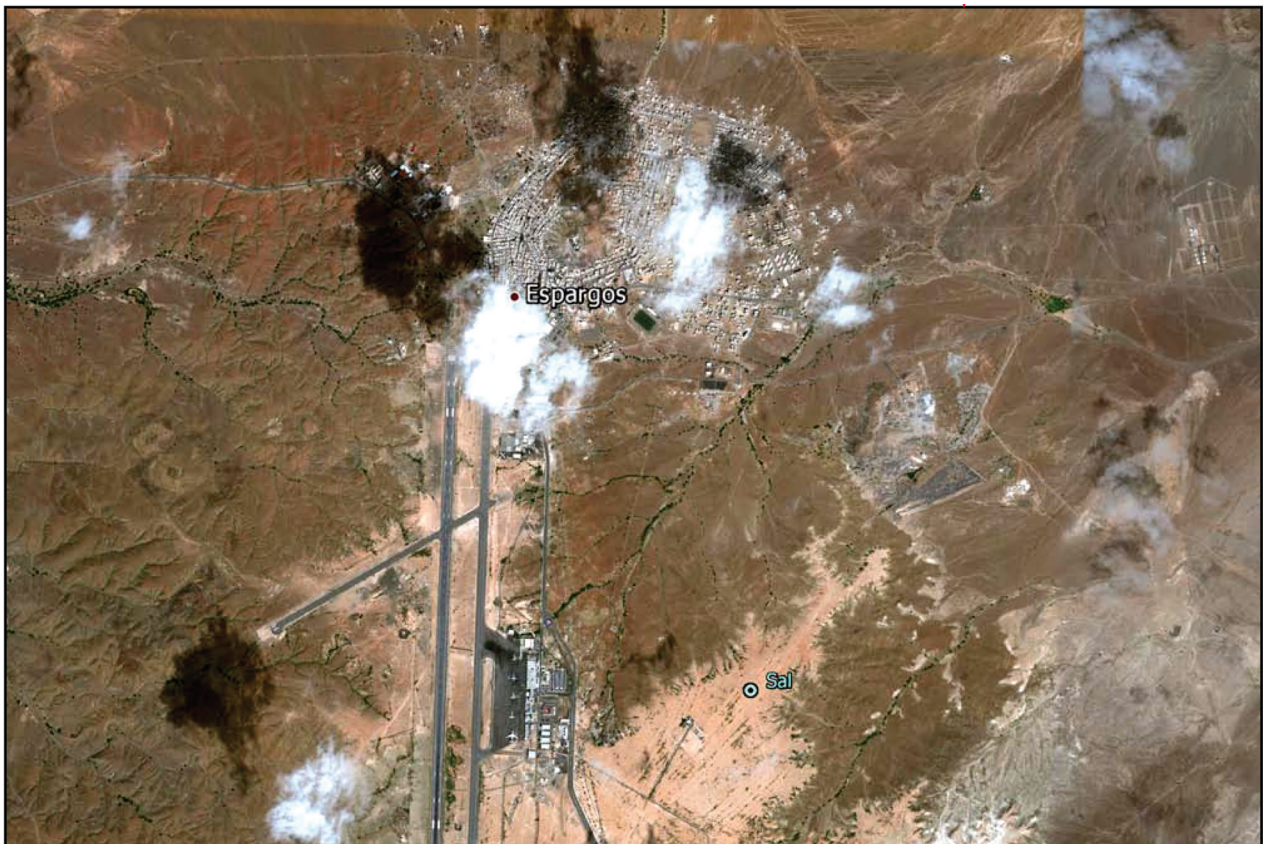
Os dados pluviométricos apontam para uma média anual inferior a 80 mm, valores correspondentes ao deserto do Sahara. Aleatoriamente, ocorrem precipitações com altas intensidades e de carácter torrencial alternadas com secas permanentes. Estas circunstâncias, aliadas à impermeabilidade dos solos da ilha, concorrem para que a mesma fosse sempre carente em recursos hídricos.

A cobertura vegetal é parca e escassa. A fauna é composta por algumas espécies de pássaros, insectos, répteis, peixes e tartarugas marinhas.

CABO VERDE



Mapa de Cabo Verde



Ortofotomapa da Cidade dos Espargos

CONTEXTO URBANO

Ilha pequena, com características muito especiais, caldeadas pela sua aridez e morabeza, muito se fez em prol do seu desenvolvimento e afirmação, iniciado com a exploração salineira em Pedra de Lume e Santa Maria, 1805 e 1835, respectivamente, e, mais tarde (ano de 1939), com a implementação, crescimento e desenvolvimento da indústria da aeronáutica civil, devido às excelentes e ímpares condições que ela oferece no Atlântico Norte, no cruzamento das rotas entre a Europa, Américas e África.

No período entre 1990 e 2000, o turismo desenvolveu-se a ponto de ser considerada a actividade principal da ilha, pode-se dizer quase exclusiva, se exceptuarmos a parte da actividade aeroportuária não directamente ligada ao sector e tivermos em conta que o turismo representa a única actividade produtiva de base da ilha (no sentido de “exportadora”).

O desenvolvimento deste sector foi repentino, impondo novos desafios à ilha, em termos de infra-estruturação e requalificação urbana, para que o turismo seja uma oportunidade de desenvolvimento socioeconómico harmonioso, respeitando os valores humanos e ambientais do seu território.

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

A população actual é de cerca de 25.765 (INE, Censo 2010) habitantes, com uma estrutura etária e género bastante equilibrada, 92,5% a residir no espaço urbano e 7,5% no espaço rural. Entretanto, em 2009, a população da ilha do Sal situava-se em 33.000 habitantes (Câmara Municipal do Sal, 2009), aproximadamente, o que pressupõe uma redução da população entre os anos de 2009 e 2010, possivelmente devido à conjuntura económica e social do país e da ilha, muito dependente do sector do turismo.

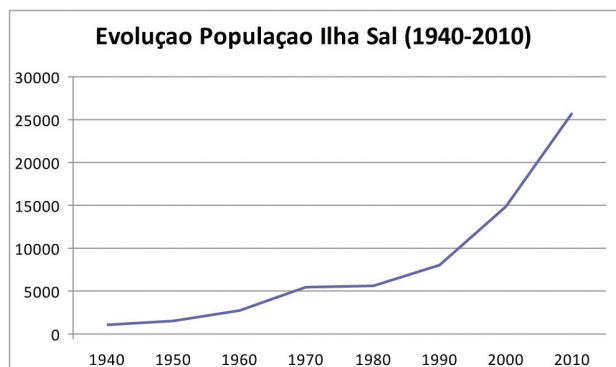
A dinâmica populacional da ilha do Sal apresenta uma taxa de crescimento médio anual de 5,5%, das mais altas do país, abarcando 5,2% da população do arquipélago.

Quadro nº1. Dados sobre a população de Cabo Verde e da ilha do Sal (2010)

Dados da População	Cabo Verde	Ilha do Sal
População	491.875	25.765
População Urbana (%)	61,80%	92,50%
População Rural (%)	38,20%	7,50%
População Masculina (%)	49,50%	53,90%
População Feminina (%)	50,50%	46,10%
Taxa Crescimento Médio Anual (2000-2010)	1,24%	5,50%
Tamanho Médio do Agregado Famílias	4,2	3,8
Chefe dos Agregados – Masculino (%)	51,90%	61,10%
Chefe dos Agregados – Feminino (%)	48,10%	38,90%
Taxa Desemprego	10,70%	10,80%

Fonte: INE, Censo 2010

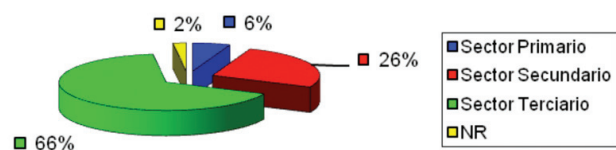
Gráfico nº 1. Evolução da população do Sal (1940-201)



Fonte IDRF/2002, INE/2000, Recenseamento Eleitoral 2008, Censo 2010

A taxa de desemprego situa-se, actualmente, nos 10,8%, com maior incidência nos jovens entre os 14 e 24 anos de idade (18,3%) e nas mulheres (25,5%).

População segundo o sector de actividade



Fonte INE

Gráfico 2: População segundo o sector de actividade na ilha do Sal.



Infraestrutura Educacional

OS PRINCIPAIS AGLOMERADOS POPULACIONAIS

Os principais aglomerados urbanos (Pedra de Lume, Santa Maria, Espargos e Palmeira) nasceram juntos e no seguimento da instalação de um certo sector económico. Em termos espaciais, os quatro núcleos populacionais são todos de pequena dimensão e localizam-se de forma dispersa pelo território, diminuindo a possibilidade de integração do desenvolvimento local e engendrando repercussões que agravam as carências locais, em vez de permitirem a optimização das relações de vizinhança, o que minimizaria as carências e necessidades das populações locais. A dispersão territorial dos aglomerados condiciona a própria actividade de planeamento.



Figura 2. Mapa topográfico da ilha do Sal



Aulas de Carpintaria



Infraestrutura Desportiva da Cidade dos Espargos



Centro Comunitário

A Cidade de Espargos, sede concelhia e o maior núcleo populacional (concentra cerca de 65,5% da população residente), é o centro administrativo e económico da ilha. Localiza-se praticamente no centro, sensivelmente a meio do eixo (urbano) Palmeira – Espargos – Pedra de Lume, tendo nascido intimamente associada às actividades aeroportuárias do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, até há bem pouco tempo, o principal ponto de entrada e de saída de Cabo Verde.

Com o desenvolvimento da indústria aeroportuária o crescimento populacional tornou-se a mais elevada da ilha e do país, fazendo com que a sede administrativa da ilha, que estava sediada em Santa Maria, fosse transferida para este centro urbano, desde o ano de 1977.

Devido ao aumento da população da ilha, houve a necessidade de elevar a ilha à categoria de Município no ano de 1935, separando-a do antigo Concelho da Boa Vista.

A vila de Espargos foi elevada à categoria de cidade em 2010 (Lei nº 77/VII/2010 B.O nº 32, I Série, de 23 de Agosto de 2010).

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A formação do núcleo urbano de Espargos foi impulsionada, primeiramente, pela instalação do aeroporto e, mais tarde, pelo turismo, fazendo com que o desenvolvimento económico do território possua uma forte correlação com as actividades aeroportuária e turística, induzindo o desenvolvimento de infra-estruturas hoteleiras, de transporte, bancárias, de comércio, entre outras.

A construção civil acabou também por impulsionar a mão-de-obra estrangeira, transformando a ilha numa ilha de imigração.

Com relação aos transportes, devido à existência do AIAC e do turismo, a malha terrestre recebeu importantes investimentos desempenhando um papel indutor importante.

Os serviços de transporte público são fornecidos por empresas privadas (táxis, carrinhas hiaces, pic up e co-aster), sob licença concedida pela Câmara Municipal, carecendo, contudo, de regulação, sobretudo a nível do transporte de passageiros, com o estabelecimento de pontos de paragem, corredores de estacionamento, horários de funcionamento e ainda de um circuito intra-urbano, servindo, sobretudo as pessoas que vivem nas zonas da periferia.

PRINCIPAIS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

TURISMO

O sector turístico tem um impacto notável no sector económico, considerando o número de actividades que envolve indirectamente cada sector económico:

Impacto directo: hotelaria, tour-operator e incoming;

Indirecto primário: restauração, rent-a-car, transporte, comércio e construção civil;

Indirecto secundário: portuária, aeroportuária, handling, catering e refueling;

Indirecto terciário: bancos, comunicações, consultoria, lazer, seguros e pequenos negócios.

O turismo é para a ilha do Sal o potencial maior e a actividade estruturante por excelência para o desenvolvimento do país; é, em si, um fenómeno humano rico e complexo que tem implicações políticas, sociais, económicas, culturais e tecnológicas, susceptíveis de serem abalizadas e controladas, de forma rigorosa, para que não se transforme num factor contraproducente que actue contra as populações.

A ilha do Sal e, em concreto, o núcleo turístico de Santa Maria, situado ao sul da ilha, constitui o principal centro turístico do arquipélago.

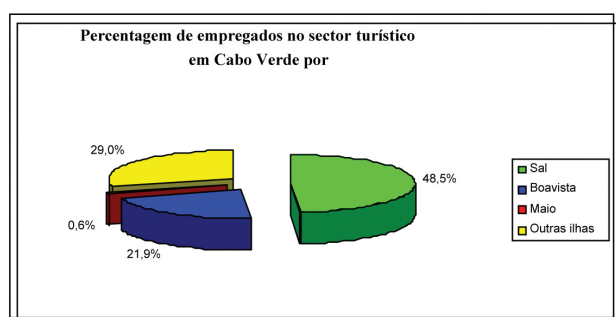
A implantação das actividades turísticas neste lugar teve início na década de 70, graças às actividades do aeroporto internacional que permitiu a chegada dos primeiros fluxos regulares de turistas provenientes fundamentalmente da Europa e África do Sul. O primeiro hotel construído foi o Morabeza e posteriormente o Belorizonte. A importância geoestratégica do aeroporto influenciou a realização do Hotel Aeroflot ou Albatroz, destinado à tripulação aérea desta companhia que por esta ilha passava e parava.

A oferta turística da ilha do Sal baseia-se fundamentalmente nos recursos naturais em que o sol e a praia, os litorais extensos de areia branca, as condições climáticas favoráveis, com uma temperatura agradável e uma insolação constante durante todo o ano constituem atracções para a maioria dos turistas.

Neste momento, a ilha conta com uma capacidade de 5.838 camas entre estabelecimentos hoteleiros e extra-hoteleiros, e cerca de 550 camas entre residenciais e apartamentos, sendo este último dado muito variável, atendendo ao ritmo de construção deste tipo de estruturas que, particularmente em Santa Maria, vem aumentando a cada dia.

Os estabelecimentos hoteleiros da ilha do Sal acolhem 57% do total das entradas, seguido das de Santiago com 20,1% e de Boa Vista com 9,9%, recebendo aproximadamente 333.354 turistas por ano (Fonte INE/Turismo 2008).

Actualmente, a ilha conta com cerca de 1.654 empregados directos no sector turístico, 40,76 % de todo o país. Atendendo a que, para cada empregado directo, temos, pelo menos, um empregado indirecto, devemos considerar o dobro dos dados oficiais.



Fonte INE/2008

Gráfico 3: Impacto social: percentagem de empregados no sector turístico em Cabo Verde.

Houve uma mudança assinalável relativamente aos mercados emissores. Os turistas provenientes do Reino Unido ocupam o 1º lugar com 30,27% das dormidas, seguidos da Alemanha (16,03%), Itália (14,70%) e Portugal (10,06%)”.

INDÚSTRIA

A extracção do Sal foi, no passado, a principal actividade económica da ilha, estando intimamente relacionada com o processo de povoamento da ilha. Com o declínio das salinas, este sector tem actualmente pouca expressão na economia.

Novas actividades surgiram, entretanto, imprimindo uma nova dinâmica económica à ilha, como os serviços e a construção civil, associados às principais actividades económicas : o aeroporto internacional e o turismo.

As unidades industriais são essencialmente pequenas, ligadas ao sector da panificação, carpintaria, mobiliário e reparações automóveis.

As empresas ligadas à carpintaria e mobiliário estão associadas ao incremento do sector da construção civil, normalmente constituídas por micro-unidades. Enfrentam problemas na procura de material, em particular da madeira, o que as obriga a encargos suplementares com a aquisição de produtos nos mercados externos. E a falta de infra-estruturas nas zonas definidas para a instalação de pequenas unidades dificulta também o trabalho e o normal funcionamento destas, daí que muitas laborem em condições precárias e em espaços habitacionais.

Embora poucas destas actividades estejam recensadas pelo INE e ainda menos apareçam no cadastro industrial, a construção civil é um dos subsectores mais dinâmicos, ocupando uma parte importante da população activa da ilha. As obras de infra-estruturação e construção de obras civis, como os complexos turísticos, são desenvolvidas na maior parte dos casos por empresas externas, que encontram mão-de-obra local.

Outras actividades de carácter recente, como o artesanato, as artes gráficas e a prestação de serviços, têm ainda pouca expressão, tanto em termos de volume de emprego como da produção. A quase ausência de actividades artesanais numa das ilhas com maior fluxo turístico constitui uma perda inconcebível, pelo que medidas estão a ser tomadas para a promoção do artesanato local, incentivando a formação de jovens na produção de artigos com base em matéria-prima nacional.

AEROPORTO

Na ilha, encontra-se a principal estrutura aeroportuária do país – o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, devidamente apetrechado e situado na Cidade dos Espargos. Era, até há bem pouco tempo, a porta de entrada da Ilha do Sal e de Cabo Verde.

Os primeiros aviões que cruzaram a ilha reconheceram as suas excepcionais condições para a navegação: além de plana, apresenta condições meteorológicas boas. Assim, em 1939, logo após a II Guerra Mundial, inaugurou-se a pista do Campo de Fortuna construída pela LATI. A Itália converte-se na pioneira da aviação em Cabo Verde, tirando partido da situação estratégica da ilha do Sal no Atlântico Norte e das características morfológicas e meteorológicas existentes, condições excepcionalmente favoráveis à navegação aérea.

O desenvolvimento imperativo e as crescentes necessidades da navegação aérea internacional fazem com que a IATA, na 1ª Conferência Regional do Atlântico Sul, em 1947, no Rio de Janeiro, recomendasse expressamente o estabelecimento de um Aeroporto na ilha do Sal.

A Administração Portuguesa constrói o Aeroporto do Sal, no mais curto prazo, no planalto de Espargos, com as adaptações, ampliação e construção das infra-estruturas necessárias. A abertura ao tráfego, condicionada à existência de um aeroporto operativo no quadro da navegação aérea da época, determinou a realização de trabalhos vários, como pistas, estradas e arruamentos, edifícios, instalações eléctricas, captação e distribuição de água e esgotos.

A 15 de Maio de 1949, realizou-se a inauguração oficial e iniciou-se então o período de exploração dessa importante infra-estrutura ao qual, em 1975, se deu o nome de Aeroporto Internacional Amílcar Cabral -AIAC.

Entre 1976 a 1980, Cabo Verde desenvolve acções tendentes à criação da FIR Oceânica do Sal, nos termos do Decreto-lei nº 9/80, de 11 de Fevereiro, cujas consequências são profundas na vida do País.

O aeroporto internacional constituiu um forte impulso para a deslocação do centro administrativo para Espargos. A posição geoestratégica possibilitou-o desempenhar um importante papel no tráfego internacional, assim como o crescimento da mobilidade da população cabo-verdiana emigrante para o Sal/Cabo Verde, e permitiu o desenvolvimento do sector turístico.

Desde 2005, com a abertura do NAP, da AIB e do AISV, o movimento do tráfego aéreo internacional e doméstico no AIAC tem vindo a diminuir.

MOVIMENTOS DE AERONAVES

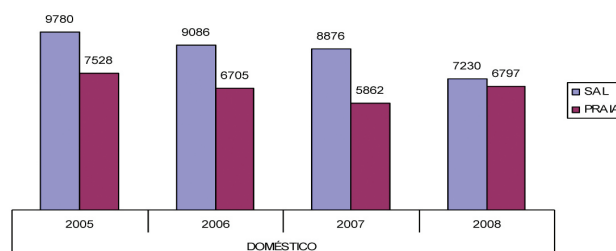


Gráfico nº 4. Movimentos de aeronaves, 2005-2008

MOVIMENTOS INTERNACIONAIS

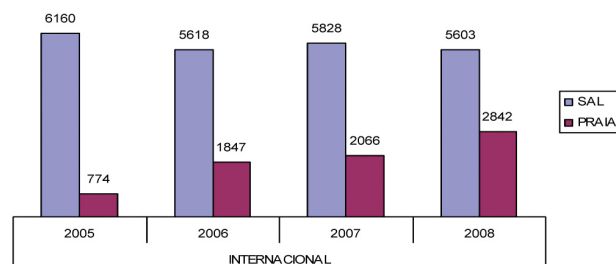


Gráfico nº 5. Movimentos internacionais, 2005-2008

No âmbito do programa IASA, para obter a categoria I, com a cooperação do Governo dos EUA, foram adquiridos e instalados novos equipamentos de segurança, (“security”) como: raios-X para bagagem, detectores de metal e de explosivos e equipamentos de combate a incêndio, socorro e salvamento (“safety”). No Plano Director de modernização do aeroporto estão previstas novas zonas:

1. Para desenvolvimento da Cargo-Hub (até à capacidade de 1 50.000t);
2. Para desenvolvimento comercial;
3. Para manutenção;
4. Para a futura pista paralela.

PORTO

O Porto da Palmeira é o terceiro porto de Cabo Verde a nível do tráfego de mercadorias. Comporta, além da actividade comercial de transporte de passageiros e mercadorias, as actividades de pesca, indústrias relacionadas com a náutica de recreio e marítimo-turísticas. Enquanto receptor de tráfego internacional de combustível, contribui para a inserção de Cabo Verde no sistema económico mundial.

O desenvolvimento da ilha, resultante da construção de empreendimentos turísticos, e os efeitos directos e indirectos nas necessidades de abastecimento à ilha, justificaram o projecto de modernização das infra-estruturas portuárias, cuja primeira fase está concluída, visando a sua transformação num posto onde a operação portuária seja eficiente, em condições de atrair novos tráfegos e contribuir de forma mais activa para o desenvolvimento económico e social da ilha do Sal e de Cabo Verde.

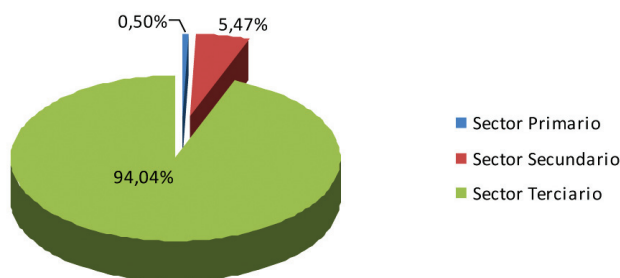
Quadro nº2. Estimativa do movimento de mercadorias no Porto de Palmeira (toneladas)

	2002	2005	2010	2020
CARGA INTERNACIONAL				
Carga de Importação	26.000	33.000	52.000	73.000
Carga de Exportação	1.500	2.000	3.000	4.000
Total Carga Internacional	27.500	35.000	55.000	77.000
CARGA INTER-ILHAS				
Descarregada	48.500	57.500	82.000	108.500
Carregada	14.000	14.500	18.000	23.500
Total Carga Inter Ilhas	62.500	72.000	100.000	132.000
TOTAL	90.000	107.000	155.000	209.000

Fonte: IAE 2008

Sente-se ainda a necessidade de dotar o porto da Palmeira de condições que assegurem a mobilidade de pessoas, principalmente entre a Ilha do Sal e as restantes ilhas, em segurança, criando instalações adequadas à recepção de passageiros.

Gráfico nº 6. Distribuição das Actividades Económicas por Sector de Actividade



Fonte: IAE 2008

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

Cabo Verde dispõe de indicadores satisfatórios em matéria de educação, tendo quase atingido os Objectivos do Milénio.

O sistema educativo continua a ter um carácter centralizado, embora o programa do governo já preveja a sua descentralização, transferindo a gestão de parte do sistema para as Câmaras Municipais.

No âmbito das competências que lhe são atribuídas e com vista à sustentabilidade humana das cidades, a Câmara Municipal do Sal tem procurado articular a sua política educativa com as políticas sociais, nomeadamente de saúde, acção social e formação profissional, visando uma maior eficácia e eficiência nas respostas aos problemas sociais, sobretudo numa conjuntura de crise económica.

Assim, além das atribuições na construção, gestão e manutenção de infra-estruturas da educação pré-escolar e básica, vem promovendo uma política educativa que garanta igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, através de medidas de acção social para os alunos mais carenciados, nomeadamente no apoio ao transporte e materiais escolares e na concessão de bolsas de estudo para o ensino secundário, superior e formação profissional.

Com respeito ao grau de formação da população da ilha, o Sal ostenta, quer a nível global quer entre a população pobre, as mais altas taxas de alfabetização do país, 89%.

Tanto a nível do ensino primário quanto do secundário, a taxa de escolarização é alta, ultrapassando os 90%. O Sal tem uma cobertura acima dos 80% em termos de ensino pré-escolar; as condições físicas dos estabelecimentos são, no geral, boas; Em termos de peso de profissionais afectos aos Jardins-de-infância, os Educadores representam 14,0% (média nacional 8,2%); Monitores 76,0% (média nacional 24,0%), o que tem um impacto positivo comparativamente a nível do país. No que diz respeito ao ensino superior, devido à inexistência de universidades na ilha, a grande maioria de seus jovens que queiram beneficiar com o ensino superior, estudam em outras ilhas ou no exterior.

Em termos de género, existe uma equidade e uma certa paridade entre a taxa de escolarização entre rapazes e meninas no ensino básico, sendo que no ensino secundário a presença de meninas supera a dos rapazes. Existe, no entanto, um desequilíbrio entre o pessoal docente em que o sexo feminino é predominante, sobretudo no pré-escolar e no ensino básico”.

Em termos de paridade de género, existe um equilíbrio entre os efectivos escolares, com excepção do pessoal docente em que o sexo feminino é predominante, sobretudo no pré-escolar e no ensino básico.

ACÇÃO SOCIAL

A crise económica tem vindo, desde 2008, a diversificar a pobreza e a acentuar as desigualdades sociais, na medida em que muitas famílias têm ficado sem emprego e, conseqüentemente, sem os meios de subsistência. Embora limitada pelas dificuldades financeiras, a Câmara Municipal tem orientado as suas acções para as populações mais afectadas, garantindo-lhes o acesso às necessidades básicas, nomeadamente de saúde, educação e formação profissional.

Vem promovendo acções de informação, sensibilização e de assistência às famílias-alvo, mas também de formação e capacitação de jovens e mulheres chefes de família, orientando-os para o mercado de trabalho, ou então para a criação do auto-emprego, com vista à sua inclusão nas dinâmicas sociais e económicas da ilha.

As acções de promoção e equidade nas acessibilidades são extensíveis às comunidades imigrantes, garantindo-lhes o direito ao bem-estar social, mas também estimulando-as a cumprir com as suas obrigações, engajando-se no processo de desenvolvimento. Além de actividades de promoção da sua cultura, foi também criada, em 2009, uma estrutura municipal, o Gabinete de Apoio ao (E) Imigrante, cujo objectivo é assegurar-lhes o apoio necessário à sua efectiva integração socioeconómica.

A inclusão social passa igualmente pela promoção de medidas que previnam as situações de risco e de marginalidade. Assim, como forma de encontrar respostas mais eficazes a essas questões, foram reforçadas as parcerias com os actores locais e organismos nacionais e internacionais, nomeadamente o Instituto das Comunidades, a Intercâmbios Internacional (Holanda), o Grupo de Acção Social Gas'África (Portugal), e a associação ATAMAN (Ilhas Canárias), através de acções de informação, sensibilização, formação e capacitação de técnicos e agentes sociocomunitários em matéria da toxicod dependência, do alcoolismo, do VIH-Sida, bem como com crianças e adolescentes, em situação de risco e reclusos, com vista à sua preparação, enquanto cidadãos capazes de participar nas dinâmicas de desenvolvimento em curso.

No processo de construção de cidades, é fundamental a reconversão das atitudes, comportamento e mentalidades das pessoas que nelas vivem, enquanto destinatárias dessas mudanças. Daí o leque de actividades de educação para a cidadania, levadas a cabo graças a um esforço colectivo de instituições, ONG e OSC, visando a consciencialização da sociedade civil e a garantia da preservação dos valores intrínsecos a uma vida cidadina, quais sejam socio-ambientais, produtivos e essencialmente culturais.

SAÚDE

Cabo Verde está entre os países da sub-região com os melhores indicadores de saúde da população e poderá atingir os ODM, graças a um conjunto de medidas que vêm sendo tomadas desde a independência, nomeadamente na criação de infra-estruturas, formação de quadros e organização dos serviços.

A gestão e prestação dos cuidados de saúde é da responsabilidade do governo central, tendo a Câmara Municipal uma participação activa em matéria de protecção e promoção da saúde no Concelho, cujas competências estão estabelecidas nos Estatutos dos Municípios, Lei n.º 134/IV/95, de 03 de Julho.

Em termos de infra-estruturas, a ilha do Sal dispõe de um Hospital Regional e de um Centro de Saúde em Espargos.

O incremento do turismo e o ritmo do crescimento da população na ilha deram origem à expansão do sector privado, com investimentos nacionais e estrangeiros, através da criação de clínicas médicas, odontológicas, de fisioterapia, laboratórios de análises clínicas e farmácias, assumindo o seu papel de complementaridade do sector público, aumentando as respostas às demandas da população residente e flutuante.

Com a criação do Bloco Operatório do Aeroporto Amílcar Cabral e a vinda periódica de especialistas, inclusive de médicos-cirurgiões, houve uma redução de evacuações para os Hospitais Centrais de Praia e S. Vicente

A taxa de mortalidade geral é de 4,4% por mil, enquanto a taxa de mortalidade infantil é de 36,4% por mil NV. A cobertura vacinal é de 83,3%.

A descentralização e o envolvimento multisectorial na implementação do Plano Estratégico de Luta contra o VIH-SIDA têm conduzido à redução da prevalência, sobretudo dos casos de transmissão vertical.

Tem havido um reforço dos programas de saúde pública, com tónica especial sobre a infecção VIH-SIDA, incluindo acções contra o abuso do álcool e uso das drogas ilícitas.

No âmbito da promoção da saúde, as acções vão no sentido de reforçar as parcerias e capacidades, com vista à promoção de estilos de vida saudáveis, com aposta na formação de agentes de intervenção sociocomunitária, visando a identificação e mudanças de condutas vinculadas ao uso e abuso do álcool e drogas nos jovens, esperando que, no final, sejam criados espaços de intervenção numa visão partilhada dessas questões.

INTRODUÇÃO

O Município do Sal vem sofrendo mudanças estruturais em função da dinâmica de crescimento, sobretudo após a instalação da indústria do turismo, definida pela crescente oferta de bens, serviços e emprego, aumentando as demandas em termos das infra-estruturas básicas necessárias ao bem-estar da população, nomeadamente no que diz respeito à educação, saúde, habitação, transporte, saneamento básico e lazer.

É certo que se tem verificado uma dinâmica positiva na infra-estruturação (calçetamento, arruamentos, alargamento das redes de água e energia), sobretudo, nas zonas periféricas da Cidade de Espargos. Contudo, as limitações financeiras e orçamentais da Câmara Municipal têm dificultado a execução das suas políticas, mormente em matéria de habitação de interesse social.

Somado à questão da habitação, estão as necessidades de alargamento das redes de água e energia e implementação da rede de esgotos e do sistema de drenagem das águas pluviais, infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais para a segurança e melhoria da qualidade de vida da população, constituindo um grande desafio à gestão urbana.

O Perfil Urbano de Espargos tem, pois, por objectivo a sistematização dos dados básicos da cidade nessas áreas de desenvolvimento social e económico, permitindo à autarquia local e aos actores sociais a reformulação do planeamento e gestão do desenvolvimento urbano, no âmbito social, económico, ambiental e político-administrativo.

Do ponto de vista metodológico, o estudo apoiou-se na consulta da população local, ONG's e OSC, através de dinâmicas de grupo, de questionários e diálogos, cujos conhecimentos e perspectivas estão reflectidos na avaliação.

Baseou-se igualmente em planos e estudos já existentes, entre os quais o Plano Municipal de Desenvolvimento, o Plano Director Municipal, o Plano Ambiental Municipal e o Estudo Socioeconómico dos Bairros Periféricos de Espargos, e ainda num conjunto de informações estatísticas obtidas dos recenseamentos e censos demográficos e junto de sectores e serviços desconcentrados do Estado.

O estudo foi elaborado no âmbito do Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano, do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, MAHOT e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU-HABITAT, que tem como objectivo geral a promoção de cidades sustentáveis, de modo a que todos os seus habitantes tenham acesso a uma habitação condigna.

Essa melhoria das condições de vida da população passa necessariamente por uma integração sectorial, institucional, espacial e social dos projectos e acções definidos e pela articulação entre os actores públicos e privados.

O trabalho está estruturado em três partes: a primeira parte - Antecedentes, que procura descrever a localização e o processo de desenvolvimento da ilha, o contexto urbano de Espargos, as actividades humanas, organização do território e a estrutura da população; a segunda parte, que está dividida em capítulos: o primeiro capítulo – Governação Urbana e Desenvolvimento Social e Económico; o segundo – Habitação e Condições de Vida nos Bairros Informais, uma análise sobre a habitação e condições de vida nos bairros espontâneos; o terceiro capítulo – Segurança Urbana, apresentação das vulnerabilidades e riscos e também os pontos fortes e potencialidades que a cidade apresenta; o quarto capítulo – Serviços Urbanos de Base, uma caracterização deste sector e propostas para o seu melhoramento; o quinto capítulo – Ambiente e Riscos Urbanos, análise das grandes dificuldades na gestão ambiental, da deficiente educação para o ambiente e da falta de meios técnicos, financeiros e humanos, com impactes negativos na saúde, na qualidade de vida da população e no desenvolvimento económico e social, causados por dois grandes factores: o drástico aumento da população residente e flutuante; o sexto capítulo – Género e VIH/Sida, uma caracterização sobre a problemática do género e os dados sobre VIH/SIDA; Finalmente, a terceira parte – a apresentação de projectos com base no estudo feito através da análise SWOT.

GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO ECÓNOMICO

CONTEXTO DO SECTOR

Atendendo ao seu carácter insular e à dispersão das ilhas, nos finais dos anos 80, deu-se início ao processo da descentralização, com a aprovação, em 1989, da Lei de Base das Autarquias Locais e da Lei Eleitoral Municipal, tendo as primeiras eleições autárquicas sido realizadas em 1992.

Desde então, na ilha do Sal, foram já realizadas cinco eleições autárquicas, às quais têm concorrido partidos políticos, mas também grupos de cidadãos organizados, caso do GIMDS/GIMS, actualmente à frente dos destinos da ilha.

A Câmara Municipal do Sal é um órgão executivo colegial. É constituída por um Presidente e 6 Vereadores, 3 homens e 3 mulheres, eleitos por sufrágio directo, universal, livre, igual e secreto. Nas últimas eleições autárquicas, foram inscritos 14.038 eleitores, tendo votado 10.438, homens e mulheres.

A CMS, na sua estrutura organizacional, dispõe de um serviço de infra-estruturas e urbanismo (Gabinete Técnico) cuja função é a de fazer a gestão dos solos e dos planos urbanísticos e a fiscalização dos procedimentos, visando a defesa e valorização dos solos, numa visão integrada e global.

O Município actualmente dispõe dos seguintes instrumentos de ordenamento do território:

- A Directiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT), na fase final de revisão, que estabelece a estratégia macro de desenvolvimento nacional e a interdependência entre as ilhas. De acordo com o estabelecido, o Sal foi definido como o Cluster do Céu e Espargos terá características de uma cidade regional, que presta serviços a S. Nicolau e Boavista, daí que deverá ser dotada de equipamentos de logística e de formação em todos os domínios, em particular no da aeronáutica civil;
- Em 2004 fora elaborado o Esquema Director de Ordenamento Municipal – EDOM, que não é um verdadeiro plano urbanístico, mas um instrumento que orientou a Câmara Municipal nas suas tomadas de decisão sobre a ocupação do seu território, até à realização dos instrumentos urbanísticos adequados.
- O Plano Director Municipal – PDM foi elaborado em 2007/2009 (homologado em Janeiro de 2010) com base numa estratégia de desenvolvimento sustentável com vista a dotar o município de espaços e infra-estruturas que viabilizem os investimentos turísticos e o crescimento urbano previstos.

A grande quantidade de solo urbano criado no PDM estava sobredimensionada. Estudos apontam para uma rotura da capacidade de carga do território municipal. A serem concretizados os projectos previstos nas zonas urbanizáveis, em 2020, o Sal terá uma população (residente e flutuante) de cerca de 220 mil habitantes residentes.

A ausência de faseamento de ocupação de solo urbano e subsequente venda dispersa de lotes de terreno produziram um crescimento desordenado, ocupando amplas zonas e dificultando a consolidação urbana, mormente a infra-estruturação e o continuum urbano.

A tipologia dos planos urbanísticos da periferia com quarteirões demasiado fragmentados gerou numerosos espaços intersticiais, aumentando o custo da infra-estruturação, o que tem dificultado intervenções públicas que visem a melhoria de vida das populações.

O Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, pela valência que tem, tem uma série de servidões aeroportuários e tem também uma zona de restrição, conforme dispõe a legislação específica em vigor bem como os normativos internacionais, que condiciona o desenvolvimento urbano da Cidade de Espargos na parte Noroeste, zona onde surgem os bairros informais: de Alto São João e Alto Santa Cruz, estando o primeiro numa zona non aedificandi.

A questão central que se coloca à gestão urbana é a de transformar as potencialidades da ilha num impulsor efectivo de desenvolvimento do município, pelo que estão em fase de elaboração os Planos de Desenvolvimento Urbano (PDU) e os Planos Detalhados (PD) da Ribeira de Feijoa e Zona de Horta, em Espargos, complementares ao PDM, instrumentos fundamentais de gestão fundiária, nas quais estão previstas bolsas de terreno para a prossecução da política municipal de habitação, a custos controlados e de interesse social.

As políticas municipais de urbanização da ilha esbarram com as dificuldades financeiras, agravadas com a conjuntura de crise internacional. Contudo, com uma maior participação do governo central e de parceiros públicos e privados é possível assegurar espaços edificados correctamente ordenados, compatibilizando-os com o desenvolvimento económico e social.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NO SECTOR

A descentralização fiscal em Cabo Verde, ainda que parcial, permite aos municípios cobranças directas de impostos e taxas, nomeadamente Imposto Único sobre o Património (IUP), Imposto de desenvolvimento local, Imposto de circulação automóvel e Taxas de licenciamento comercial.

Deveriam receber do Estado as Transferências seguintes: Fundo de Financiamento dos Municípios (FFM), Receitas consignadas aos municípios (ZDTI's), Taxa Ecológica, Contratos Programa e do PANA/ETMA.

A modernização do sector fiscal em curso permitirá ao município do Sal melhorar a sua capacidade de arrecadação de receitas, sendo que a elaboração do cadastro predial terá um impacto importante sobre a arrecadação do IUP.

Os municípios gozam de liberdade para estabelecer acções de cooperação descentralizada, a nível nacional e internacional, em especial pela via das geminações.

Uma outra forma, alternativa à cobrança de impostos e taxas é a elaboração de projectos para captação de financiamento junto de parceiros locais, nacionais e internacionais, através, inclusive de alianças estratégicas com ONG's e OSC.

QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR

O Município rege-se pela Constituição da República – Lei Constituição N.º 1/V/99, de 23 de Novembro; Estatuto dos Municípios – Lei N.º 134/IV/95, de 03 de Junho; Código de Posturas Municipal – Deliberação Assembleia Municipal do Sal na Sessão Ordinária de 28 de Janeiro de 1994, publicado no B.O. n.º 23 – II Série de 8 de Junho de 1994; restantes leis em vigor no país.

Através dos seus órgãos de poder, goza de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, normativa e organizativa para, no âmbito do território municipal, dos estatutos dos municípios e da lei das finanças municipais, desenvolver políticas e programas que respeitam interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas, designadamente nas seguintes matérias: Administração de bens; Planeamento; Saneamento básico; Desenvolvimento de actividades económicas e investimentos; Saúde, Educação, emprego e formação profissional; Habitação e promoção social; Transportes rodoviários; Cultura, desporto, Turismo e Ambiente; Polícia e protecção civil.

REFORÇO DE CAPACIDADES E FORMAÇÃO NO SECTOR

A política do Governo para a descentralização, de acordo com o programa de Governo 2006-2011, perspectivava a consolidação e o aprofundamento do poder local através de um conjunto de reformas globais e de acção e iniciativas públicas visando o desenvolvimento institucional dos municípios, a capacitação dos seus recursos humanos, a consolidação da autonomia municipal, a modernização da administração municipal e o fomento da solidariedade municipal.

Para o reforço das capacidades, é necessário ter um melhor registo e cadastro predial que permita rapidamente a localização dos utentes/municípios/contribuintes, um plano toponímico devidamente definido e eficiente (que também permita rapidamente a localização dos utentes/municípios/contribuintes; meios de cobrança mais eficazes; um sistema informático mais eficiente e Recursos Humanos com formações, principalmente, na área legal fiscal e financeira

PROJECTOS PRIORITÁRIOS

GOVERNAÇÃO Nº 1	Proposta de projecto	Ficha Projecto Nº 1
	Elaboração de PDU e PD	
GOVERNAÇÃO URBANA Nº 2	Proposta de projecto	Ficha Projecto Nº 2
	Elaboração de Cadastro	
GOVERNAÇÃO Nº 3	Proposta de projecto	Ficha Projecto Nº 3
	Elaboração de Toponímia	
GOVERNAÇÃO Nº 4	Proposta de projecto	Ficha Projecto Nº 7
	Reforço Capacidades dos líderes e membros das associações locais	

HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIROS INFORMAIS



Centro Urbano da Cidade dos Espargos

CONTEXTO DO SECTOR

O núcleo urbano de Espargos localiza-se no interior da ilha do Sal, perto do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral. O terreno sobre o qual se assenta a Cidade é plano, à excepção de uma elevação natural do Morro Curral, actualmente rodeada de solo urbano em todo o seu perímetro.

Espargos é o centro urbano mais populoso da ilha e onde estão concentradas as actividades terciárias, inúmeras entidades administrativas e de serviços. A sua estrutura desenvolveu-se a partir de um centro relativamente antigo, denominado Preguiça. Limitada pela presença do aeroporto, foi crescendo à margem deste centro, nas ladeiras Oriental e Meridional do Morro Curral.

Em resposta às oportunidades de emprego surgidas sobretudo no sector do turismo e da construção civil, a população cresceu a um ritmo exponencial, associado ao fenómeno da migração interna das outras ilhas do arquipélago e à imigração, por vezes ilegal, proveniente da costa ocidental da África.

Este cenário impôs um crescimento urbano intenso e desordenado e conduziu a mudanças profundas na realidade social da Ilha e à emergência de diversas problemáticas sociais, relacionadas com as condições de integração social de parte da população, sobretudo dos novos habitantes da Ilha (migrantes), nomeadamente no que diz respeito à integração profissional, às condições de habitabilidade e às condições de acesso a determinados serviços (ex. distribuição de água e electricidade e saneamento básico).

O crescimento da procura de habitação, fomentado pelos fluxos migratórios, levou ao aumento exponencial das rendas, acabando por excluir o cidadão nacional do mercado habitacional formal (dados do INE 2007 apontam para 51,3% de residentes com casa própria, enquanto 37,6 vive em casa arrendada e 10,1% em casa cedida) e à densificação dos compartimentos das habita-

ções (entre 3 a 13 pessoas por assoalhada), a um número elevado de pessoas a viverem em partes de casa (15,2 %) e ao surgimento de 'bairros de lata', clandestinas ou espontâneas (4,5%), situados na cintura periférica de Espargos, os quais não dispõem de condições de habitabilidade.

Foi assim que surgiram os núcleos espontâneos de Alto São João e Alto Santa Cruz, nos finais da década de setenta, tendo invadido os limites da zona de protecção do aeroporto, com significativas proporções de habitações de lata, carecendo de infra-estruturas como estradas, iluminação pública e espaços equipados.

O bairro de Alto São João é reconhecido pela sua quantidade de barracas, tendo, no entanto, desenvolvido com casas mais condignas perto da zona de Ribeira Funda.

De forma geral, em todos os bairros da Cidade se verifica a presença de habitações com condições precárias, nomeadamente no que se refere à inexistência ou existência precária de cozinhas e casas de banho, havendo uma sobrelotação de pessoas por habitação e por compartimentos.

Os bairros de lata, por serem zonas informais, não dispõem dos equipamentos básicos e infra-estruturas necessárias para assegurar as condições mínimas de habitabilidade e de vida. Os residentes recorrem aos fontenários para abastecimento de água, não dispõem de electricidade, nem de fossas nas habitações, sendo a evacuação das águas residuais feita ao redor das próprias habitações, com todos os riscos de saúde pública inerentes.

Com, efeito, sérios problemas ambientais atingem essas populações, verificando-se algumas patologias médicas em consequência da falta de rede de saneamento, carência de sistemas de recolha de resíduos e permanência de hábitos não adaptados ao modo de vida urbano, como a criação de determinados animais (ex. porcos) na própria habitação ou em seu redor.



Imagem das habitações em lata do Bairro de Alto Santa Cruz



Mapa da Cidade dos Espargos



Localização territorial dos bairros de lata espontâneos da vila dos Espargos,

Alto Santa Cruz e Alto São João

Várias foram já as intervenções visando o realojamento dos residentes nos bairros de lata e a erradicação das barracas. Com efeito, os bairros periféricos de África 70 e IFH surgiram através de duas intervenções de realojamento social. A primeira intervenção, que deu origem ao bairro de África 70, foi realizada na década de 90 do século transacto, através de um projecto de cooperação, piloto em Cabo Verde, co-financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália e executado pela ONG África'70, em parceria com a Câmara Municipal do Sal, através da autoconstrução de 70 moradias. O bairro IFH surgiu no final da década de 90, através da imobiliária estatal IFH, também para o realojamento dos moradores dos bairros espontâneos da periferia da vila de Espargos, mas destinado à população socialmente mais vulnerável, nomeadamente idosos e pessoas portadoras de deficiência.

O processo de realojamento dos moradores dos bairros de lata nos bairros sociais de África 70 e IFH e ainda em Chã de Matias, não foi acompanhado de um programa de demolição das barracas, tendo os moradores sido substituídos por outros. Por conseguinte, a situação na zona das barracas prevaleceu, tendo até aumentado a sua população residente. De acordo com dados da Câmara Municipal do Sal que constam do Plano de Desenvolvimento do Município (2006), em meados do ano de 2004, foram contabilizados 72 agregados familiares no bairro de Alto Santa Cruz e 34 agregados familiares em Alto São João a residir em barracas e/ou moradias sem as condições mínimas de habitabilidade. Dados mais actuais (2007) apontavam para um total de 220 agregados, nesses dois bairros.

O agravamento da crise financeira, de 2010 para 2011, resultou no aumento da taxa de desemprego na ilha e no empobrecimento de parte significativa da população, sobretudo de baixa qualificação, empurrando-a para as zonas periféricas e aumentando o número de habitações informais nos bairros de Alto Santa Cruz (309) e Alto S. João (61), e levando ao surgimento de novos focos de casas de lata, nomeadamente em Alto de Tanque (7) e Terra Boa (49), este último fora dos terrenos municipais, criando problemas de gestão e intervenção territorial.

As barracas mais antigas estão numeradas, no sentido de permitir às autoridades locais fazer valer os princípios de equidade e justiça social na atribuição de moradias em construção.

Os ocupantes recentes são notificados por escrito e é lhes dado um prazo (mínimo 30 dias) para evacuar as barracas, tendo como alternativa solicitar um lote de terreno para construção de casa própria, ou, não tendo condições de recorrer a crédito bancário, a inscrever-se na Salhabit, candidatando-se a uma habitação. Os mais antigos vão aguardando até que novas habitações estejam concluídas e possam ser realojadas.

A Autarquia Local, através da Empresa Municipal de Promoção Habitacional, a Salhabit, criada para dar respostas ao défice habitacional na ilha, tem em construção 48 moradias de interesse social, sendo 36 no Bairro África 70, de 3 T, destinadas a agregados numerosos e, através de uma parceria público-privada (PPP), tem previsto ainda a construção de 548 moradias a baixo custo e a custos controlados, que prevê a construção de 278 moradias sociais, sendo 220 em Espargos, para o realojamento dos moradores desses bairros, assegurando todas as acessibilidades, de modo a que as comunidades se sintam integradas e esses espaços possam também transformar-se em centros de eclosão de actividades produtivas geradoras de riqueza e promotoras de emprego, numa visão sustentada do desenvolvimento da ilha como um todo.

Porém, a situação financeira do município, agravada pela conjuntura actual de crise, tem posto em causa a eficácia da política social de habitação da Câmara Municipal.

De referir o Programa governamental Casa para Todos que prevê a construção de mil unidades, sendo que, numa 1ª fase, Espargos vai ser contemplado com a construção de 60 habitações, sendo 35 de interesse social e 25 a custos controlados. O projecto inclui a infra-estruturação da área de implantação, bem como a pavimentação da via de acesso e passeios.

À margem da Salhabit, a Câmara Municipal criou um programa de apoio à autoconstrução para dar resposta às famílias (chefiadas maioritariamente por mulheres) detentoras de lotes de terreno que, devido a restrições financeiras, construíram apenas um quarto como forma de fugir à renda elevada que, por vezes, acaba consumindo a totalidade dos salários. São “partes de casa” sem condições de salubridade transformando-se num perigo tanto para as famílias como também para a saúde pública.



Infraestrutura Rodoviária da Cidade dos Espargos

A pressão sobre os solos urbanos decorrente, por um lado, do processo de urbanização e das migrações internas e internacionais e, por outro, do investimento privado nacional e externo no domínio da imobiliária turística tem feito com que a especulação fundiária tenha ganhado contornos relevantes a nível nacional com implicações no acesso a terras para a construção de habitação própria por parte das populações com menores recursos, bem como para a implementação de políticas públicas de ordenamento do território urbano, de planeamento e gestão do espaço urbano, e ainda de uma adequada política nacional de habitação nas cidades.

Neste sentido, impõe-se, a nível do país, um equacionamento global da problemática fundiária urbana, condição essencial para uma nova política de cidades em Cabo Verde.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NO SECTOR

Os recursos são provenientes das taxas e impostos municipais, da venda dos terrenos, de empréstimos bancários, e ainda do recurso às linhas de crédito, através da ANMCV. Uma outra forma de financiamento dos projectos é através da cooperação descentralizada, sobretudo das Câmaras Geminadas.

A Câmara Municipal do Sal, através de um Contrato-programa de financiamento, deveria transferir, anualmente, para a Salhabit um montante de 60.000.000 CVE para a construção de casas a baixo custo, destinadas a renda ou renda resolúvel.

A empresa teve acesso a uma linha de crédito da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para a construção de apartamentos (32) a custos controlados, destinados à comercialização e que permitirão a captação de recursos (10% reverterão para a empresa).



Complexo Habitacional

Os dividendos provenientes das rendas das moradias a baixo custo e da comercialização das habitações a custos controlados seriam utilizados no financiamento de novos projectos habitacionais a baixo custo, realimentando o processo.

No entanto, atendendo às proporções do défice habitacional, foi necessário adoptar estratégias de busca de financiamento junto de instituições de crédito, nacionais e internacionais, bem como junto do MAHOT, no âmbito do Projecto Casa para Todos, tendo em conta as limitações financeiras do município.

Como resultado desta dinâmica na busca de financiamento, foi apresentado a uma instituição financeira portuguesa um projecto para a construção de 548 fogos habitacionais, através de uma parceria público-privada, tendo sido já assinado um memorando de intenção para o desbloqueamento de 300.000.000 contos para a execução da 1ª fase do projecto que consistirá na construção de 220 fogos para o realojamento dos habitantes dos bairros degradados de Alto São João e Alto Santa Cruz, no cumprimento dos objectivos da CMS que é a construção de soluções de vida socialmente aceitáveis para a integração de todas as comunidades na malha urbana.

QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR

O Decreto-Legislativo N.º 2/2007, de 19 de Julho, estabelece os princípios e normas de utilização de solos, tanto pelas entidades públicas (Estado e Autarquias Locais) como pelas entidades privadas. As condições de utilização de solos são fixadas nos Planos de Ordenamento do Território e Planos Urbanísticos, de harmonia com a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico e seus regulamentos.

Todo o cidadão tem o direito e o dever de participar na definição de políticas relativas ao uso de solos, de forma a garantir o seu bom e melhor ordenamento, planeamento, gestão e conservação. Por lei, após a elaboração dos Planos de Ordenamento do Território, nomeadamente Plano Director Municipal (PDM), Plano de Desenvolvimento Urbanístico (PDU) e Planos Detalhados (PD), estes são postos em consulta pública antes de serem submetidos à Assembleia Municipal para aprovação e ao governo para homologação.

O cidadão, independentemente da sua condição económica, tem o direito à propriedade, com os poderes de usar, usufruir e dispor dos terrenos de que é titular e de recorrer a todos os meios legais para promover a sua defesa.

Os terrenos para a edificação são estabelecidos de acordo com os planos urbanísticos de cada zona e a sua atribuição obedece os princípios de equidade, sendo que podem ser atribuídos por venda, por concessão a título precário, por aforamento ou por atribuição do direito de superfície.

Atendendo aos constrangimentos impostos pelo défice habitacional calculado em cerca de 3.000 fogos, a Câmara Municipal do Sal, com base nos pressupostos consagrados na Constituição e nos Estatutos do Município, aprovados pela Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, que lhe estatui um conjunto de atribuições, nomeadamente no domínio da habitação, desde 2004, desenvolveu uma política de solos, visando responder aos princípios da democracia, cidadania, justiça e equidade sociais, permitindo ao cidadão, independentemente da sua condição económica, ter acesso a uma habitação própria condigna.

Para a sua concretização, a Câmara Municipal decidiu-se pela valorização dos solos urbanos, de modo a permitir o seu correcto ordenamento e a sua infra-estruturação; por estabelecer critérios para o acesso aos lotes de terreno, seja por compra directa, por prestações mensais ou ainda por aforamentos; e à criação da Empresa Municipal de Promoção Habitacional, articulada com o Plano Nacional de Habitação em desenvolvimento, para responder, preferencialmente, à camada mais desfavorecida da população.

É neste contexto que, em 2006 é criada a “SalHabit”, Empresa Municipal para dar resposta às necessidades de desenvolvimento de condições habitacionais mais humanas e a baixos custos, de urbanização e de valorização patrimonial, bem como de promoção de condições sociais e de qualidade de vida adequadas para as populações, de modo a eliminar as barracas, desencorajar a especulação fundiária e imobiliária e favorecer a inclusão social. A Salhabit tem a responsabilidade de promover a construção de habitações de baixos custos, destinadas à população mais vulnerável; a baixo custo, em autoconstrução; e a custos controlados, com a finalidade de captação de recursos para o sistema de habitação no município, em consonância com as estratégias de desenvolvimento.

REFORÇO DE CAPACIDADES E FORMAÇÃO NO SECTOR

Como reforço aos objectivos da SalHabit, a CMS promoveu, em parceria com a ONG África 70, o desenvolvimento do “Programa Social de Realojamento do Município do Sal – So.Pro.Sal”, com o co-financiamento da Comissão Europeia. Este projecto, que teve a duração de três anos (2008-2010), visava fundamentalmente a melhoria das condições de vida da população residente na ilha do Sal, sobretudo dos estratos sociais mais vulneráveis aos processos de exclusão/marginalização social. Os principais resultados consistiram: [1] na melhoria das condições habitacionais da população residente na sua zona de intervenção; [2] na melhoria do acesso aos serviços sociais; [3] no reforço da sociedade civil e seu envolvimento nos processos de requalificação social e territorial; [4] e na melhoria do profissionalismo e simplificação do acesso ao trabalho. Por conseguinte,

o projecto desenvolveu diversas intervenções junto das famílias beneficiárias pré-seleccionadas na base de dados da Salhabit, tendo realizado 22 acções de capacitação socioprofissionais para esse público-alvo (300 aproximadamente).

Para promover a qualificação profissional dos jovens fora do sistema de ensino formal e à procura do primeiro emprego ou a requalificação dos activos, os Centros de Formação Profissional propõem cursos nas áreas de Carpintaria, Construção Civil, Canalização e Electricidade e de Hotelaria e Serviços, entre outros, através de um sistema de bolsas de estudo aos mais carenciados.

PROJECTOS PRIORITÁRIOS

HABITAÇÃO Nº 1	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 4
	Construção/Reabilitação de Habitações	

HABITAÇÃO Nº 2	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 5
	Apoio à auto-construção	

HABITAÇÃO Nº 3	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 8
	Fundo para Criação AGR	

HABITAÇÃO Nº 4	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº
	Reforço Capacidades: Formação de beneficiários de Habitação local	

SEGURANÇA URBANA



Perfil da Segurança Rodoviária da Cidade dos Espargos

CONTEXTO DO SECTOR

O Governo Central, através do comando da Polícia Nacional, tem uma Esquadra na Vila de Espargos

Como reforço, o Município dispõe de um Serviço de Fiscalização efectuado por fiscais municipais (em articulação com a PN) que fazem cumprir o Código de Posturas Municipal para a segurança de pessoas e bens.

Mostra-se, porém, necessária uma polícia de proximidade, o que não existe, mau grado todas as tentativas da Câmara Municipal, desde 2005, visando a sua materialização. Um dos factores inibidores é o facto de não estar legislada a matéria sobre a criação de polícias municipais.

O Sal era tido como ilha pacata, com uma média de 7.000 habitantes, gentes de brandos costumes, hospitaleiras, onde os factores de boa vizinhança e de convivência imperavam. O índice de criminalidade era baixo e as manifestações de crime apareciam como fenómenos isolados.

A partir dos anos 90 do século passado, a ilha tornou-se no principal pólo turístico do país com um fluxo grande de pessoas provenientes das outras ilhas e do exterior, principalmente da Europa e da África Ocidental.

Este crescimento populacional, não acompanhado de políticas de desenvolvimento sustentado, acabou impondo à ilha um modelo de desenvolvimento urbano assente num território física e socialmente dividido entre centros urbanos e periferias, ficando mais exposta a riscos e vulnerabilidades, tais como a delinquência, a violência, e à perda gradativa do sentido do bem comum e dos laços afectivos com o lugar de residência. Com efeito, o índice de criminalidade cresceu significativamente com efeitos sobre a tranquilidade de espírito dos cidadãos e condicionando o seu quotidiano.

A insegurança urbana poderá também ser consequência de uma planificação e organização espacial não adequadas, p. e., existência de ruas estreitas, deficiente iluminação pública, passeios degradados e ainda de espaços abandonados que poderão motivar a ocorrência de actividades delituosas.

A Cidade de Espargos concentra cerca de 67,5% da população residente (17.164), sendo a maioria jovem. É o centro administrativo e económico da ilha, com carência de equipamentos públicos, sobretudo na periferia, nomeadamente nos bairros de Chã de Matias (maior concentração populacional de Espargos) África 70 e IFH, bairros que nasceram para dar resposta ao défice habitacional existente e suprir a procura por lotes habitacionais. Esta carência em espaços públicos, que ainda hoje não chegaram convenientemente à população desses bairros, poderá ter aumentando o fosso entre o centro urbano e o espaço periférico densamente povoado, por falta de espaços de lazer, convivência e socialização entre as pessoas.

De acordo com o Estudo sobre a Relação da Organização do Espaço Urbano e a Violência Urbana em Cabo Verde, Relatório Preliminar, de Junho de 2011, na cidade de Espargos, pela diferença do número de casos entrados, os crimes contra pessoas são mais comunicados às autoridades de investigação criminal que os crimes contra o património, seja no ano de 2008, seja no ano de 2009.

Os bairros da Cidade de Espargos onde ocorreram mais crimes nos anos de 2008 e de 2009 são o da Preguiça e o de Chã de Matias. Os bairros de menor ocorrência criminal são os do IFH e o da Pretória. Somando os dados de todos os tipos de crimes, reparamos, através dos quadros, que o ano de 2009 foi o que se distinguiu como sendo o mais violento, com 577 casos.

Quadro nº 3. Estatísticas criminais, Ilha do Sal, 2008

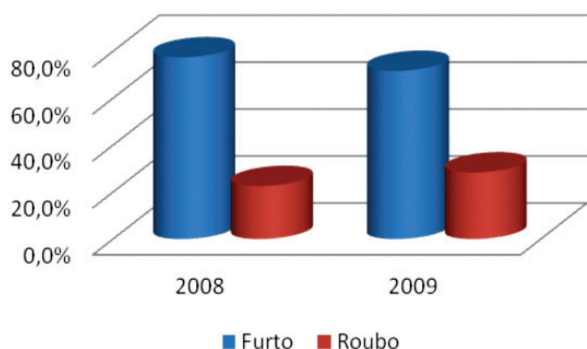
CIDADE DOS ESPARGOS - BAIROS											
CRIMES CONTRA PESSOAS	TOTAL	Preguiça	Rª Funda	Alto S. Cruz	Chã de Matias	C. de Fraqueza	Hortelã Cima	Hortelã Baixo	Bairro IFH	Pretória	Morro Curral
Homicídio	0										
Agressão sexual	4	0	1	0	2	0	1	0	0	0	0
Maus-tratos à mulher	4				2			2			
Agressão Física	255	46	30	22	50	34	19	24	10	8	12
Posse ilegal arma fogo	6	2	0	1	1	1	0	0	0	0	1
Tráfico de droga	7	1	4	0	2	0	0	0	0	0	0
Total	276	49	35	23	57	35	20	26	10	8	13
Crimes contra património											
Furto	199	40	32	6	38	20	14	17	5	6	21
Roubo	58	9	8	4	12	7	9	4	1	2	2
Total	257	49	40	10	50	27	23	21	6	8	23
TOTAL GERAL	533	98	75	33	107	62	43	47	16	16	36

Quadro nº 3. Estatísticas criminais, Ilha do Sal, 2009

CIDADE DOS ESPARGOS - BAIROS											
CRIMES CONTRA PESSOAS	TOTAL	Preguiça	Rª Funda	Alto S. Cruz	Chã de Matias	C. de Fraqueza	Hortelã Cima	Hortelã Baixo	Bairro IFH	Pretória	Morro Curral
Homicídio	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
Agressão sexual	4	2	0	0	1	0	0	0	0	1	
Maus-tratos à mulher	64	9	8	4	13	4	10	11	2	2	1
Agressão Física	227	50	20	19	44	27	15	16	8	9	19
Posse ilegal arma fogo	5	2				1					2
Tráfico de droga	7	0	1	1	3	2	0	0	0	0	
Total	309	54	29	24	61	34	25	28	10	13	22
Crimes contra património											
Furto	192	45	21	13	29	23	14	16	8	10	13
Roubo	76	23	15	7	10	3	12	4	0	1	1
Total	268	68	36	20	39	26	26	20	8	11	14
TOTAL GERAL	577	122	65	44	100	60	51	48	18	24	36

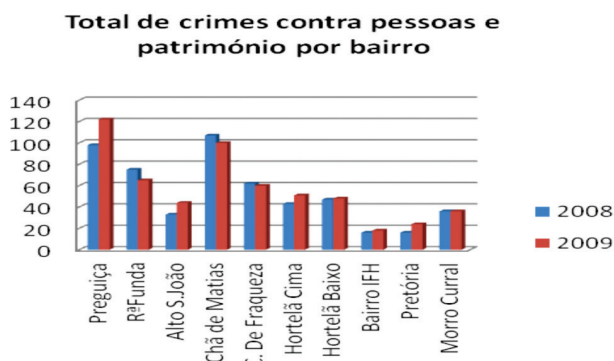
Fonte: INE

Crimes contra o património



Fonte: INE

Figura nº 7. Evolução de crimes contra pessoas



Fonte: INE

Gráfico nº 9.

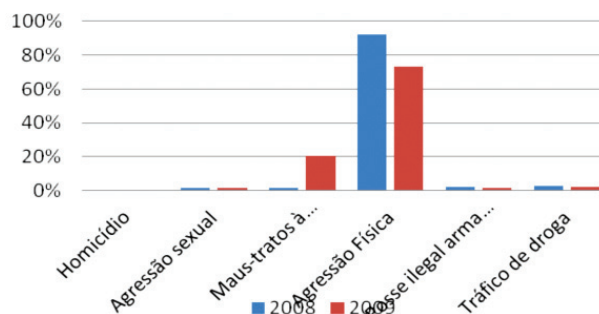
Crimes contra pessoas e património, 2008-2009

Até Outubro de 2011 já foram registados 537 crimes contra pessoas (CCP), sendo que Preguiça, Ribeira Funda e Chã de Matias foram os bairros onde ocorreram mais casos, 110, 46 e 96, respectivamente. Quanto aos crimes contra o património, registaram-se 746 casos, sendo 132 em Chã de Matias e 110 na Preguiça (PN-Sal).

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NO SECTOR

Os recursos disponíveis no sector provêm de uma gestão comparticipada entre o Governo Central, responsável de um modo geral pelas forças de segurança a nível nacional, e a Câmara Municipal do Sal com recursos locais, acordos com Câmaras Municipais geminadas (Ex: Câmaras Municipais de Portugal e Canárias) e parcerias com o sector privado, dos quais resultam apoios na melhoria das condições de segurança, como seja na aquisição de viaturas e outros meios, incremento da iluminação pública, calçamentos das ruas e recuperação dos passeios, apoios às famílias na construção e aquisição de

Crimes contra pessoas



Fonte: INE

Figura nº 8. Evolução de crimes contra património

moradias próprias, apoio no tratamento e reintegração dos toxicodependentes, formação profissional e formação para a cidadania.

QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR

A segurança urbana é assegurada pelo Governo Central, através do comando da Polícia Nacional e da Polícia Judiciária, com uma Esquadra na Vila de Espargos e Delegações em Santa Maria e na Palmeira.

Como reforço, o Município dispõe de um Serviço de Fiscalização efectuado por fiscais municipais (em articulação com a PN) que fazem cumprir o Código de Posturas Municipal (CPM) para a segurança de pessoas e bens.

Mostra-se, porém, necessária uma polícia de proximidade, o que não existe, mau grado todas as tentativas da Câmara, desde 2005, visando a sua materialização. Um dos factores inibidores é o facto de não estar legislada a matéria sobre a criação de polícias municipais. Assim que esta questão for ultrapassada, a CMS encetará diligências no sentido de criar o seu corpo de Polícia Municipal que lhe possibilitará dar resposta mais rápida e eficaz a vários níveis e, assim, participar, de forma concertada com as autoridades policiais, na manutenção da tranquilidade pública e na protecção das comunidades locais.

A nível da planificação e organização espacial, a CMS tem já em curso um plano de infra-estruturação e requalificação urbanas que inclui a melhoria das infra-estruturas básicas, com destaque para o reforço da iluminação pública, a articulação da rede viária, a melhoria das habitações e de espaços de lazer, nomeadamente desportivos, e a estruturação de espaços multifuncionais (onde as pessoas podem morar, trabalhar, comprar, passear e conviver), visando uma maior interacção física e social

nos espaços urbanos, minimizando, assim, as ocorrências de crimes e contribuindo para um sentimento de maior segurança nas pessoas.

REFORÇO DE CAPACIDADES E FORMAÇÃO NO SECTOR

Os indicadores de criminalidade e o sentimento geral da população mostram que é necessário investir no aumento das forças policiais no Concelho e no reforço dos meios postos à sua disposição. No entanto, é ponto assente de que a prevenção é fundamental na redução dos problemas de insegurança urbana.

Além da complementaridade assegurada pelos agentes de segurança privada, é necessário ainda reforçar a articulação entre as autoridades policiais e a Câmara Municipal e entre estas e as OSC, promovendo o envolvimento das populações, através de acções de sensibilização e na sua responsabilização pela gestão e manutenção de espaços públicos, como forma de atrair actividades e fomentar a socialização, permitindo reforçar os laços de identidade e de pertença com a comunidade e tornando cada cidadão um vigilante natural e prestes a prestar auxílio em caso de perigo.

A prevenção passa sobretudo pela melhoria dos níveis de qualificação escolar e profissional e de criação de empregos, existindo no Concelho equipamentos sociais, como escolas, centros de formação profissional, escola de arte e centros de atendimento e aconselhamento, que já vêm trabalhando na educação e formação de crianças, jovens e população em geral, visando o seu empoderamento e, consequentemente, a redução da pobreza e a inclusão social.

A mitigação da insegurança passa ainda por uma maior coordenação entre diferentes intervenientes da sociedade civil (urbanistas, sociólogos, policia, políticos, associações comunitárias, etc) no sentido de antecipar possíveis impactes negativos do espaço edificado sobre a segurança pública.

Os programas de formação dos agentes policiais são da responsabilidade do governo central. Contudo, a nível do município vão sendo programadas acções de formação e capacitação para técnicos municipais, alargadas aos agentes policiais, com vista ao reforço das capacidades e competências (CPM, permitindo-lhes uma melhor aplicação das leis em vigor).

PROJECTOS PRIORITÁRIOS

SEGURANÇA URBANA Nº 1	Proposta de projecto	Ficha Projecto Nº 10
	Extensão Rede Iluminação Pública	

SEGURANÇA URBANA Nº 2	Proposta de projecto	Ficha Projecto Nº 9
	Reforço Capacidades: formação profissional de jovens	

SERVIÇOS URBANOS DE BASE

CONTEXTO DO SECTOR

A expansão urbana verificada em Espargos obriga o município a um esforço financeiro grande para poder levar as infra-estruturas e o saneamento básico a áreas cada vez mais crescentes.

A água é um bem escasso na ilha. O abastecimento de água potável à população é assegurado através de unidades de dessalinização exploradas pela ELECTRA e localizadas na Palmeira.

De acordo com o QUIBB 2007 (INE), no que concerne à utilização de meios de distribuição de água potável, a situação caracteriza-se da seguinte forma: 50,9% dos habitantes têm ligações domiciliárias; 33,2% do abastecimento é assegurado através de fontanários e 14,4% dos habitantes são abastecidas através de camiões-cisternas.

As Águas de Ponta Preta (APP) possuem unidades de produção para consumo próprio e abastecimento do sector turístico.

Produz-se cerca de 2500 m³/dia de água dessalinizada, assegurada por unidades que utilizam o processo de compressão mecânica de vapor (MCV) e de Osmose Inversa (RO). A produção é feita mediante necessidades, apesar da capacidade máxima do empreendimento se situar em 3.500m³/dia. Evidencia-se uma melhoria na disponibilidade de água para o uso doméstico e turístico, devido à introdução de novas tecnologias, permitindo à ELECTRA, um aumento para 10 mil m³/dia.

A principal fonte de energia para iluminação é a electricidade 88,5%, sendo que 7,2% dos habitantes recorrem ainda à vela, 1,4% ao petróleo e 1,5% ao gás. No entanto, na preparação dos alimentos, apenas 0,4 dos habitantes recorre à electricidade, 2,9% à lenha e 92,5% ao gás.

Embora a cobertura eléctrica seja uma das melhores do país, a ilha apresenta ainda problemas na distribuição e nas obras de infra-estruturação e ligação da rede eléctrica às habitações, isto devido à deficiente articulação entre os projectos de desenvolvimento urbanístico, do turismo, da indústria e infra-estruturas.

O rápido crescimento do número de consumidores não é acompanhado pela capacidade de produção, transporte e distribuição, pelo que, ainda hoje, uma boa parte da população não tem ligação directa à corrente eléctrica, especialmente nas zonas de nova urbanização. Mesmo a iluminação pública não serve do mesmo modo todas as zonas dos agregados urbanos.

A ilha conta neste momento, para além da ELECTRA, com produtores independentes de energia eléctrica: o Hotel Dja d' Sal, 1850 KVA, instalado em Santa Maria, que produz para consumo próprio; e a APP cuja central garante a produção destinada à nova urbanização. 24% da electricidade destina-se ao consumo doméstico, 28% ao sector turístico e 37 % à dessalinização.

Prevê-se para a ilha importantes investimentos nas áreas de energia e água, com a instalação de 8,8 MW de energia eólica e 2,5 MW de energia solar, este num total de 5MW, o que permitirá ao Sal dotar-se, a curto prazo, das condições básicas para a sustentabilidade do seu desenvolvimento.

Em termos de acesso ao saneamento, 83,6% dos residentes têm acesso a wc com retrete, 1,9% sem retrete; 3,9% com retrete/latrina, enquanto 10,7% mantêm-se sem retrete/latrina. Quanto ao modo de evacuação das águas residuais, o modo privilegiado continua sendo fossas sépticas individuais (71,6%), já que a ilha não tem rede de esgoto. Algumas estruturas hoteleiras possuem sistemas próprios de tratamento (ainda que primário); parte significativa da população utiliza o redor de casa 11,7% ou a natureza 14,1%.

O tratamento de esgotos foi sempre tido em segundo plano, constituindo um problema ambiental grave para a ilha. Daí que foi elaborado o Plano Director para as Águas Residuais, numa parceria público-privada, com o objectivo principal de melhorar a situação actual em termos de água/ águas residuais na Ilha do Sal, através da construção e do funcionamento de sistemas de esgotos (redes de condutas) e de estações de tratamento de águas residuais. Portanto, deve ser desenvolvido um conceito de gestão sustentável de águas residuais para a Ilha.

O nível de desenvolvimento da indústria hoteleira e o crescimento populacional transformou o lixo também num problema ambiental.

O principal modo de evacuação dos resíduos sólidos urbanos (RSU) é através de contentores (88,5%) de carros de lixo (7,1%); ao redor de casa (1,3%) ou na natureza (2,7%), sendo que 0,5% do lixo é enterrado ou queimado.

A actual Câmara Municipal tem dado grande atenção ao problema dos resíduos com um programa de intervenções articuladas, optando por descentralizar os serviços de recolha e tratamento, nos termos da Lei 134/IV/95 de 3 de Julho, concedendo a sua exploração a uma empresa, através de uma parceria público-privada, para que se procedesse à implementação de um sistema moderno e eficaz que assegure a melhoria da gestão dos resíduos sólidos urbanos.

A empresa é responsável pela limpeza urbana, recolha, transporte, tratamento e deposição final dos RSU. Para isso construiu o primeiro aterro sanitário do país que deverá, brevemente, iniciar o processo de recolha selectiva dos RSU de forma a introduzir a reciclagem de alguns dos componentes dos RSU do Sal.

Atendendo a que o aterro sanitário não constitui solução definitiva para o tratamento dos RSU, já está a ser dado um primeiro passo para a instalação de um modelo complementar de tratamento dos RSU integrado com

aproveitamento energético – a incineração. Este projecto, além de reduzir em cerca de 70% o volume dos resíduos a ser tratado, o calor libertado da incineração será aproveitado para a produção de água dessalinizada.

Diariamente são recolhidas cerca de 22 toneladas de lixo em todas as localidades do Concelho. Em termos de acessibilidade, a ilha do Sal é contemplada com uma rede viária em calçamento, asfalto e terra batida que une as diversas localidades.

A estrada Santa Maria – Aeroporto – Espargos, com 18.8 Km de extensão conta com duas pistas para cada sentido de marcha. Trata-se da principal estrada da ilha pelas razões evidentes, pois liga a principal porta de entrada da quase totalidade dos viajantes que chegam a Cabo Verde, por via aérea, ao principal centro turístico do país, Santa Maria, e ao centro comercial e administrativo da ilha, Espargos.

A estrada de 4,7 Km, que liga Espargos à Palmeira, desempenha a importante função de ligar o único porto equipado da ilha aos diferentes centros populacionais. O facto de se concentrar no centro urbano da Palmeira estruturas económicas importantes, quais sejam, centrais de produção de energia eléctrica e água, terminais de descarga e armazenamento de combustíveis e toda a infra-estrutura de recepção e conservação do pescado da ilha, obrigou à melhoria da sua acessibilidade.

Relativamente aos arruamentos no interior do centro urbano de Espargos, o calçamento vai, a pouco e pouco chegando a todas as zonas construídas, embora parte significativa das zonas de expansão se encontre ainda em terra batida.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NO SECTOR

Com base na estratégia de Construção das Cidades, a Câmara Municipal do Sal (CMS) assumiu que não seria possível tornar exequível este desafio apenas com o orçamento municipal anual, razão pela qual o grosso dos investimentos previstos deveria ser concebido fora desse instrumento de gestão, obrigando a Edilidade a uma engenharia financeira para a prossecução dos objectivos estabelecidos, através de diversas fontes de financiamento, nomeadamente recurso ao crédito bancário, emissão de obrigações junto da Bolsa de Valores, entre outros mecanismos para uma maior mobilização de recursos financeiros.

QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR

A Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, no seu artigo 29º, atribui aos municípios a responsabilidade pelo estabelecimento e gestão de sistemas municipais de abastecimento de água, de esgotos, descarga, evacuação e reutilização de águas residuais, de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos e da limpeza pública e drenagem das águas pluviais.

No horizonte do mandato de 2008 a 2012, o desenvolvimento local da Ilha do Sal encontra-se estrategicamente planificado e estruturalmente enquadrado no Programa de Infra-estruturação e Requalificação Urbana, tido como um dos principais instrumentos de transformação física global dos principais centros urbanos, que permitirá à CMS a correcta integração do desenvolvimento da Ilha como um todo, numa visão sustentada, e a afirmação da imagem de Espargos no contexto nacional e internacional, através da qualificação do seu espaço urbano público e privado.

O programa, na prioridade da sua execução, justifica-se, assim, pela necessidade de corresponder às assimetrias que começam a ser observadas com o crescimento económico, a dimensão financeira dos grandes projectos imobiliários e a expansão urbana para satisfazer as lacunas registadas, nestes centros urbanos, com as deficientes ou mesmo incipientes infra-estruturas urbanas que, para além de estarem subdimensionadas, ainda apresentam algum grau de degradação. Nestes domínios há lugar para o investimento de natureza privada ou para o estabelecimento de parcerias público-privadas (PPP).

No que diz respeito aos RSU, o município, ao abrigo do decreto-lei n.º 46/2005, de 4 de Julho, concessionou o serviço a uma empresa (mista).

Para a recolha e tratamento das águas residuais, foram também estabelecidas parcerias público-privadas, que serão concretizadas em regime de concessão de obra pública e de BOT (built, operate and transfer).

As PPP podem ser susceptíveis de proporcionar vantagens económicas que permitam realizar um projecto com a melhor relação qualidade/preço, preservando, simultaneamente, os objectivos do interesse público.

REFORÇO DE CAPACIDADES E FORMAÇÃO NO SECTOR

Sob o aspecto social, o Programa de Infra-estruturação e Requalificação Urbana visa promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança, enquanto sob o aspecto económico propõe propiciar o desenvolvimento de actividades produtivas, ofertas de bens e prestações de serviços e, finalmente, sob o aspecto institucional se perspectiva o desenvolvimento de actividades político-administrativas que inclui a própria gestão das cidades, constituídas por mérito próprio e direito reconhecido.

PROJECTOS PRIORIZADOS

SERVIÇOS URBANOS BASE Nº 1	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 11
	Construção Rede Sanitária de Espargos	
SERVIÇOS URBANOS BASE Nº 2	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 14
	Complemento das redes viárias de Espargos	
SERVIÇOS URBANOS BASE Nº 3	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº
	Ligação domiciliária (esgoto)	
SERVIÇOS URBANOS BASE Nº 4	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 12
	Extensão rede de água potável	
SERVIÇOS URBANOS BASE Nº 5	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 13
	Extensão rede energia eléctrica	
SERVIÇOS URBANOS BASE Nº 6	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº
	IEC em matéria do saneamento básico	

AMBIENTE E RISCOS URBANOS

CONTEXTO DO SECTOR

A preocupação com o meio ambiente tem sido notável nos últimos tempos, considerando as proporções dos impactos ambientais sobre as condições e a qualidade de vida das populações.

As ilhas, constituindo um caso especial tanto no que concerne ao meio ambiente como no que diz respeito ao desenvolvimento, apresentam problemas muito específicos na planificação do desenvolvimento sustentável. Elas constituem territórios muito reduzidos com uma forte identidade territorial, contudo, tendem a ser ecologicamente frágeis e vulneráveis. A sua pequena superfície, os limitados recursos naturais, a sua dispersão geográfica e o seu isolamento, colocam-nas, a priori, em situação de desvantagem quando comparadas com territórios continentais.

A Ilha do Sal é de origem vulcânica e na sua generalidade, plana, circunstância que esteve na origem do seu primeiro nome (Lhana).

É uma ilha de reduzidas dimensões, dominada por relevos planos ou de baixa altitude. A sua superfície corresponde a uma área de 216 km², representando cerca de 5,5% do território nacional. A maior extensão da superfície da ilha não atinge os 50Km, com altitudes variando geralmente entre os dez e os vinte metros. Não obstante, realça-se algumas elevações relativamente importantes sobretudo na região norte, formando os montes Grande (406 metros), Rocha Salina (299 metros), Morro Oeste (263 metros), Cagaral (173 metros), e na zona Centro Oeste o Morro Leão, com 166 metros.

A sua população é essencialmente urbana, engendrando uma série de desafios para a gestão do espaço urbano, nomeadamente no que concerne as infra-estruturas básicas que proporcionem o bem-estar das populações.

A cidade de Espargos apresenta uma orografia plana, sendo que a altitude varia entre os 5 e os 20 metros. Esta orografia, apesar de plana, faz com que nos arredores do centro da cidade tenhamos uma zona baixa, onde habita a maior parte da população desta cidade. Por outro lado, dada a baixa altitude, o nível freático marinho é elevado fazendo com que na época chuvosa a infiltração seja muito deficiente e de longa duração.

O balanço hidrológico (INGRH, 1993) mostra que somente 13% (ou 118 milhões de m³) das chuvas que caem sobre o arquipélago recarregam os aquíferos, enquanto 87% perde-se por escoamento superficial e evapotranspiração.

Apesar da recarga dos lençóis freáticos por ocasião das chuvas, a quantidade de água subterrânea disponível tem sido gradualmente reduzida, criando-se um desequilíbrio hidrológico que a médio prazo poderá ter consequências graves.

A fraca disponibilidade de recursos hídricos directamente utilizáveis condiciona todos os aspectos da vida doméstica e familiar, o nível de saneamento, a prática da agricultura, o comércio, as indústrias e a construção civil.

A gestão dos resíduos sólidos e líquidos constitui um problema para o ambiente, devido a, entre outros factores, o crescimento demográfico, o desenvolvimento económico e industrial, uma deficiente educação para o ambiente e com a falta de meios técnicos, financeiros e humanos, com impactes negativos na saúde e na qualidade de vida da população.

A cidade de Espargos concentra a maior parte da população da ilha (72%), resultante do fluxo migratório intenso. Muitos dos migrantes têm baixa escolaridade e fracos recursos financeiros, condição que os empurra para assentamentos clandestinos, causando a proliferação dos bairros informais e convivendo com situações de riscos e vulnerabilidades socio-ambientais.

Um dos riscos urbanos principais prende-se com a maior probabilidade de cheias e inundações na zona baixa de Espargos abrangendo as localidades de Ribeira Funda, Chã de Matias, África 70, IFH e Bairro Novo (Estudo Hidrológico de Espargos, Eng^o Advino Sabino, 2009); risco de desmoronamento de pedras, pois algumas zonas como Ribeira Funda, Hortelá, Chã de Matias situam-se no “sopé” do Morro de Curral.

Existe ainda o risco associado à actividade aeronáutica. Com efeito, a cidade cresceu à volta do maior aeroporto internacional do país e hoje existem muitas restrições no que concerne à construção civil e desenvolvimento de outras actividades, uma vez que na zona envolvente o risco estatístico de acidentes é elevado.

Um outro risco a considerar prende-se com as construções de habitações familiares precárias, nomeadamente nas localidades de IFH, Chã de Matias e África 70. Neste momento o Gabinete Técnico Municipal tem em mãos uma série de preocupações com inúmeras casas (150) com tectos em risco de ruir, afectando várias famílias que não possuem posses para a sua reabilitação.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NO SECTOR

A gestão ambiental requer disponibilização de recursos financeiros para a implementação dos planos e projectos em matéria da preservação, conservação e manutenção dos recursos ambientais, visando um desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, no Concelho do Sal, a gestão ambiental faz-se com recursos públicos, quer municipais, quer centrais, recursos disponibilizados pelos organismos internacionais e pelas ONG's vocacionadas para a gestão do ambiente e através de parcerias público-privadas.

Existe um conjunto de planos e projectos ligados à gestão ambiental que concorrem a fundos internacionais e locais para a sua implementação.

QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR

A Constituição da República de Cabo Verde consagra o direito do cidadão a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado, conferindo-lhe o dever de o defender e de o conservar. Estabelece que, ao Estado e aos Municípios, com a colaboração das associações de defesa do ambiente, compete adoptar políticas de defesa e de preservação do ambiente e velar pela utilização racional dos recursos naturais.

A gestão ambiental ao nível local é efectuada pelo município através dos serviços de ambiente e saneamento, auxiliado por um conjunto de normas e planos que regem segundo as leis nacionais em matéria ambiental.

O Plano Ambiental Municipal, elaborado no âmbito do II Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II), afigura-se como um documento de extrema importância na gestão ambiental ao nível do município a par do Código de Posturas Municipal, do Plano Director Municipal que determina a vocação dos solos e a sua utilidade, do Plano de Recolha e Tratamento dos Resíduos Sólidos e do Plano Director para as Águas Residuais (em busca de financiamento).

As ONG's de cariz ambiental também possuem um papel importante na gestão ambiental, pois conseguem afectar recursos que possibilitam a implementação de pequenos projectos junto das comunidades vulneráveis, visando a sua sensibilização para as questões ambientais.

Contudo, a existência, para breve, de uma delegação governamental do ministério do ambiente no concelho, fará com que a gestão ambiental seja mais profícua e o uso dos recursos ambientais ocorra dentro das normas legalmente estabelecidas.

Cabo Verde possui um quadro jurídico em matéria ambiental muito forte, acoplado às várias convenções e acordos internacionais a que se encontra veiculado, como sendo a convenção quadro sobre as mudanças climáticas, sobre a desertificação e sobre a biodiversidade, entre outras.

REFORÇO DE CAPACIDADES E FORMAÇÃO NO SECTOR

A preservação do ambiente, a qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento turístico e global da ilha estão intimamente ligados, pelo que a conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas do Sal e a valorização dos recursos naturais devem constituir uma prioridade e ser traduzida numa orientação política de carácter horizontal e transversal, em concertação com as políticas nacionais e sectoriais e num diálogo constante e permanente com a sociedade civil.

A gestão ambiental nos dias de hoje é transversal a todas as áreas e o conhecimento das questões ambientais locais é um imperativo para todos os gestores e técnicos municipais, ONG's e Organizações da Sociedade Civil, exigindo uma concertação e uma abordagem integrada das questões ambientais.

Neste sentido, a capacitação em matéria do ordenamento, gestão e fiscalização ambiental afiguram como uma necessidade premente no Concelho/ilha do Sal. Porque a ilha/concelho detém um número considerável de áreas consideradas sensíveis e protegidas e também porque é uma das ilhas mais vulneráveis sob o ponto de vista das alterações climáticas, urge capacitar os técnicos municipais, ONG's e Organizações da Sociedade Civil em matéria da gestão global do ambiente.

PROJECTOS PRIORIZADOS

AMBIENTE Nº 1	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 15
	Melhoria das casas em risco de desabamento	

AMBIENTE Nº 2	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 16
	Obras de drenagem superficial e correcção torrencial	

QUADRO DO GÉNERO

CONTEXTO DO SECTOR

Dados do Censo 2010 do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde apontam para a existência de uma proporção maior de indivíduos do sexo masculino (53,90%) em relação aos indivíduos do sexo feminino (46,10%) na ilha do Sal, contrariando o cenário nacional em que a proporção de população feminina é superior à masculina.

Por profissão e ramo de actividade, das 2340 mulheres residentes activas de 15 e mais anos, 460 encontravam-se no comércio a grosso e a retalho, 607 nos hotéis e restauração, 206 nos transportes, armazenagem e comunicações, 333 nos serviços prestados à colectividade.

Dos trabalhadores no sector da educação, 71% são mulheres, enquanto na saúde representam 84%. Nos cargos de direcção, tanto públicos como privados, e mesmo na vida política a representatividade é fraca. No entanto, é de assinalar que a actual equipa camarária é constituída por 4 homens e 3 mulheres, existindo uma paridade entre os dois sexos. A nível da Assembleia Municipal, as mulheres estão em minoria.

Não obstante os progressos alcançados a nível de desenvolvimento económico e social, a pobreza atinge ainda um número significativo de famílias, tendo maior incidência nas famílias chefiadas por mulheres, normalmente com um número elevado de filhos.

A CMS tem um pelouro da condição feminina que actua nos domínios da promoção da igualdade e equidade do género. Tendo em conta a condição da mulher, é necessário ainda uma discriminação positiva, através de programas, projectos e acções que visam o empreendedorismo feminino e a formação/capacitação das mães chefes de famílias. Capacitação orientada para o apoio na criação de actividades económicas alternativas, recorrendo ao micro-crédito. Um nº significativo de jovens e mulheres vêm sendo formadas e capacitadas quer através da Escola Profissional do Sal, quer da Associação para a Auto-promoção da Mulher e Desenvolvimento – Morabi, com a qual a Câmara assinou um acordo de parceria, e ainda do Programa Social de Realojamento do Município – SO.PRO.SAL, um projecto executado em parceria com a ONG África 70 e co-financiado pela União Europeia. No âmbito desse projecto foram capacitadas cerca de cinquenta mulheres, representantes de famílias carenciadas, principalmente dos bairros da cintura periférica de Espargos, para o desenvolvimento de actividades por conta própria de pequeno porte de modo a incrementar a sua capacidade de auto-sustento familiar, desenvolver a sua auto-estima e capacidade de criar as próprias alternativas para a sua situação de carência socioeconómica.

Os factores que bloqueiam o desenvolvimento das mulheres são sem dúvida a sua baixa instrução (a educação é determinante na pobreza e na exclusão social), as influências culturais (o facto das mulheres estarem mais confinadas ao lar), o elevado n.º de agregados chefiados

por mulheres (38,9% - INE Censo 2010) e a desresponsabilização do pai na criação/educação dos filhos. Este cenário acaba determinando que o índice da violência contra as mulheres seja considerável.

Em 2004, o Instituto cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do género (ICIEG), órgão governamental responsável pela promoção da igualdade e equidade entre os sexos, criou uma Rede de Atendimento às Vítimas da Violência Baseada no Género (VBG) que visa atender e apoiar adequadamente as vítimas de violência doméstica. A CMS é um membro activo da Rede Sol (Rede de Apoio às Vítimas de Violência com Base no Género), criada em 2008, da qual fazem parte diversas entidades e associações locais, operando em rede para prevenir essa questão social e auxiliar as vítimas, sem descurar o acompanhamento sempre que possível dos agressores.

O Gabinete de Apoio às Vítimas (GAV) funciona no Comando da PN, onde são feitos os registos que depois são encaminhados para o ICIEG. Alguns casos de violência doméstica são encaminhados para a Polícia Judiciária (PJ) e para a Procuradoria da República.

Quadro nº4. Casos Violência baseada no Género (VBG)

	Feminino	Masculino	Total
2009	251	9	260
2010	163	11	174
Até Out. 2011	231	25	256

Fonte: Gabinete de Atendimento às Vítimas – Sal, 2011

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Os programas visando a promoção da igualdade e a equidade de géneros têm vindo, a nível nacional, ser financiados pelo governo e pelos parceiros de cooperação, tanto bilaterais como multilaterais. De igual modo, os municípios têm vindo a desenvolver esforços no domínio da mobilização de recursos, sejam, eles próprios sejam provenientes de seus parceiros para o financiamento de projectos e actividades em concreto.

As organizações da sociedade civil, nomeadamente ONG, associações e organizações religiosas têm sido também importantes actores na promoção da igualdade e equidade de género.

Contudo, esforços adicionais devem ainda ser feitos no sentido de alargar os parceiros de cooperação e, no caso dos municípios, a cooperação descentralizada pode revelar ser promissor.

QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR

No plano institucional, o contexto é favorável à igualdade e paridade entre os sexos. A igualdade do género está consagrada na Constituição da República, no Código Penal, na Lei Eleitoral, no Código Penal e no código da Família. Cabo Verde ratificou igualmente os instrumentos básicos internacionais que consagram as estratégias e as garantias em matéria do género.

Foi elaborado o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género que visa o reforço das capacidades, em particular nos domínios da redução da pobreza, do emprego, da educação sexual e reprodutiva, do exercício do poder e da violência baseada no género.

A nível local, existe a vereação da Promoção Social e Condição Feminina que se ocupa da promoção dos direitos e autonomia das mulheres, estando para breve a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e Equidade do Género com a supervisão do ICIEG.

Além da Câmara Municipal, cujos programas de formação e capacitação são operacionalizados através da Escola Profissional do Sal e do SoProSal, existem outras instituições e OSC que apoiam na promoção da mulher, nomeadamente a Morabi no apoio ao micro-crédito, a Verdefam na saúde sexual e reprodutiva, a Mão Amiga e Anjos no apoio financeiro e material, a Sal-apoiada na autoconstrução e a Âncora no apoio social.



Actividades Culturais no Aeroporto Amílcar Cabral na Cidade dos Espargos

REFORÇO DE CAPACIDADES E FORMAÇÃO NO SECTOR

Apesar de algum avanço já conseguido na promoção da igualdade do género, impõe-se o reforço, a nível local, de medidas que promovam o exercício pleno da cidadania, a igualdade de oportunidades e uma maior participação nas actividades políticas e económicas.

Torna-se fundamental desenvolver projectos de capacitação dos eleitos municipais de modo a assegurar a introdução da abordagem género nos programas e orçamentos municipais; a elaboração e implementação do PMIEG, que vise a promoção da igualdade e paridade entre os sexos; a criação de um banco de dados nos serviços da promoção social, numa perspectiva género.

Como forma de encontrar respostas mais eficazes, é ainda necessário reforçar as parcerias com os actores locais e organismos nacionais e internacionais, através de acções de informação, sensibilização, formação e capacitação de técnicos e agentes sociocomunitários, em diferentes matérias, visando a promoção da mulher e sua inclusão social.

PROJECTOS PRIORIZADOS

GÉNERO Nº 1	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 17
	Plano Integrado de Planeamento Familiar	
GÉNERO Nº 2	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 18
	Reforço de Capacidades	
GÉNERO Nº 3	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 19 20
	IEC para Promoção/valorização da mulher; IEC para as comunidades sobre as problemáticas sociais locais	

QUADRO DO VIH-SIDA

CONTEXTO DO SECTOR

No domínio do VIH-SIDA, a recolha dos dados é discriminado por sexo e é da responsabilidade da Delegacia de Saúde, que faz o acompanhamento médico e psicológico dos doentes. A Câmara Municipal tem um programa de prevenção através de campanhas de sensibilização e acções de formação e capacitação e de apoio aos afectados e infectados, nomeadamente na alimentação e medicamentos. Os Órfãos beneficiam ainda dos programas socioeducativos estabelecidos pela autarquia.

Quadro nº5. Número de casos VIH-Sida, 2010

SEXO	GRUPOS ETÁRIOS							Total
	0-14	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	
Masculino	0	1	7	3	2	1	0	14
Feminino	0	0	12	3	0	0	0	15
Total	0	1	19	6	2	1	0	29

Fonte: Hospital do Sal, 2011

Quadro nº6. Número de casos de óbitos

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
N.º de óbitos	4	0	4

Fonte: Hospital do Sal, 2011

A descentralização e o envolvimento multisectorial na implementação do Plano Estratégico de Luta contra o VIH-SIDA têm conduzido à redução da prevalência, sobretudo dos casos de transmissão vertical mãe-filho, com a institucionalização do tratamento anti-retroviral.

Existe, porém, o risco de agravamento, devido ao incremento da população flutuante, em particular os turistas e imigrantes.

Assim, como forma de encontrar respostas mais eficazes, foram reforçadas as parcerias com os actores locais e organismos nacionais e internacionais, através de acções de informação, sensibilização, formação e capacitação de técnicos e agentes sociocomunitários, em matéria do VIH-SIDA, mas também da toxicod dependência e do alcoolismo, como forma de promover a saúde e a inclusão social.

A Câmara Municipal tem procurado reforçar as parcerias, a nível local, nacional e internacional, para a definição de estratégias e medidas mais eficazes de promoção dos direitos e autonomia da mulher e de prevenção da infecção pelo VIH-SIDA.

Torna-se fundamental desenvolver projectos de capacitação dos eleitos municipais de modo a assegurar a introdução da abordagem género nos programas e orçamentos municipais; a elaboração e implementação do PMIEG, que vise a promoção da igualdade e paridade entre os sexos; a criação de um banco de dados nos serviços da promoção social, numa perspectiva género.

Como forma de encontrar respostas mais eficazes, é ainda necessário reforçar as parcerias com os actores locais e organismos nacionais e internacionais, através de acções de informação, sensibilização, formação e capacitação de técnicos e agentes sociocomunitários, em diferentes matérias, visando a promoção da mulher e sua inclusão social.

Há necessidade ainda de promover projectos de maior proximidade aos públicos-alvo pretendidos, de modo a que estes sejam parte integrante desses projectos e se envolvam efectivamente na realização dos objectivos preconizados. É, sem dúvida, necessário agir na prevenção junto das populações mais jovens e na intervenção junto das famílias e dos indivíduos adultos. Acima de tudo, há que fomentar a educação das mulheres, das famílias e do cidadão, de modo geral, para uma mudança de mentalidade e para uma maior autonomia e capacidade de participação social, promovendo as condições para que esse cenário se concretize.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

O principal desafio na luta contra o VIH-SIDA no país tem sido, por um lado, intensificar as acções de prevenção e, por outro lado, garantir o tratamento adequado às pessoas vivendo com o VIH/SIDA.

Daí o reforço da cooperação com organismos internacionais e o esforço dos governos central e local na mobilização de recursos que têm permitido melhorar os mecanismos de informação, educação e comunicação (IEC) e o tratamento anti-retroviral

QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR

Em termos de prevenção do VIH-SIDA, existe o Comité Municipal de Luta contra o VIH-SIDA, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal e que integra os serviços desconcentrados do Estado, nomeadamente Saúde e Educação, e ONG e OSC, que trabalha em coordenação com o Secretariado Executivo de combate ao Sida – CCS-SIDA. A Morabi e a Verdefam dão também apoio psicossocial aos infectados e afectados pelo VIH-SIDA na ilha.

REFORÇO DE CAPACIDADES E FORMAÇÃO NO SECTOR

Não existem programas de formação para os eleitos municipais, contudo estão sensíveis às questões do género e do VIH-SIDA. A Câmara Municipal tem procurado reforçar as parcerias, a nível local, nacional e internacional, para a definição de estratégias e medidas mais eficazes de promoção dos direitos e autonomia da mulher e de prevenção da infecção pelo VIH-SIDA.

ANÁLISE SWOT

O Perfil Urbano de Espargos resulta de um longo trabalho de equipa, formada por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, cujos saberes e competências foram essenciais para a implementação da abordagem participativa pretendida para este estudo. Para a sua elaboração, considerou-se fundamental a participação dos actores locais que, com base nos seus conhecimentos formais e informais, deixaram subsídios que contribuíram para a concepção deste trabalho.

Duas sessões de participação pública foram realizadas, com o envolvimento de técnicos municipais, representantes dos serviços desconcentrados do Estado, autoridades civis e religiosas, empresas, grupos socioprofissionais, organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil, bem como cidadãos individuais, com interesse específico nas questões em análise.

A primeira sessão foi realizada no Centro Comunitário de África 70, no dia 10 de Novembro, cujas contribuições se seguem:

- Desemprego; Exploração laboral; falta de condições económicas
- Falta de terreno para construções e condições para a mesma
- Famílias numerosas com poucos rendimentos
- Falta de planeamento familiar
- Fraca educação para a cidadania: desvalorização e vandalização de espaços públicos e privados (habitações, ruas, equipamentos)
- Ineficácia de programas habitacionais existentes (Salhabit)
- Deficiente iluminação pública
- Insuficiência de equipamentos públicos (espaços que promovam o convívio e a socialização)
- Falta de regras/regularização das rendas
- Arrendamento demasiado alto
- Fluxo migratório (interno e externo)
- Sobrelotação de habitações e bairros (resultado da migração) + falta de condições de vida = aumento da exclusão e problemas sociais (desemprego, exploração, criminalidade, drogas)
- Inexistência de rede de esgotos
- Aumento da criminalidade
- Qualificação dos jovens
- Melhoria das vias/arruamentos, ambiente/contexto

- Bom plano urbanístico (organização habitacional, estacionamento, espaços verdes)
- Boa segurança (em comparação com outros locais, ilhas)

PROJECTOS/IDEIAS:

- Criação de um programa de arrendamento para jovens (rendas + baratas)
- Melhoria de arruamentos
- Melhoria de programas habitacionais – maior sustentabilidade económica e continuidade dos projectos
- Melhorar associativismo/sindicatos – melhorar capacidade de resposta das associações e poder local às necessidades existentes
- Promoção da defesa dos direitos dos trabalhadores
- Discriminação e exclusão social
- Pouca sensibilidade e formação dos técnicos de saúde em relação a portadores VIH (falta de sigilo, cuidado, respeito)
- Falta de conhecimento sobre HIV-Sida
- Planeamento familiar implementado não tem tido grande impacto (não muda atitudes)
- Existência de uma percentagem significativa de famílias com estrutura disfuncional: família monoparental – uma mãe com vários filhos, de pais diferentes; significados atribuídos à parentalidade (“cada relação tem de ser marcada por um filho”)
- Falta de responsabilidade paternal
- Desvalorização da mulher, falta de auto-estima (o que leva ao surgimento ou agravamento de situações de abusos físicos e emocionais)
- Falta de competências de gestão financeira em algumas mulheres de família
- Falta de sistemas de apoio para supervisão e ocupação das crianças durante horário laboral (ATL)
- Redução da discriminação em relação a portadores (apesar de continuar a existir)
- Existência de associações de apoio a portadores
- Existência de associações que trabalham as questões de género
- Existência de várias mulheres com qualificação profissional e posições de poder

PROJECTOS/IDEIAS:

- Mudança do modelo de planeamento familiar
- Comunicação e articulação das associações que trabalham nas mesmas áreas
- Definição de um plano integrado de acção na área do planeamento familiar
- Formação para técnicos de saúde em humanização de cuidados + avaliação externa
- Aposta na mudança de atitudes para redução da discriminação, nos programas escolares
- Programas de valorização da mulher (educação para a auto-estima)
- Criação de sistemas de apoio a crianças/adolescentes (ATL)

A segunda sessão teve lugar na Biblioteca Municipal Jorge Barbosa, no dia 15 de Novembro de 2011, cuja abertura esteve a cargo do Presidente da Câmara Municipal, Jorge Figueiredo, da Directora-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Dra. Jeiza Tavares e da Representante da ONU-HABITAT, Dra. Janice Silva.

A apresentação do estudo foi feita pela Coordenadora Dra. Judite Santos, coadjuvada pela Equipa Técnica da Câmara Municipal do Sal.

CONTRIBUTOS DA ASSISTÊNCIA:

- Definir melhor a questão da suficiência/insuficiência de recursos humanos na Cidade de Espargos apontada no ponto referente a governação local e desenvolvimento social e económico, identificando as áreas necessárias.
- Considerar a não disponibilização de terrenos decorrente da falta de uma política de ordenamento do território no município do Sal e a deficiente educação para a cidadania como pontos fracos na questão da habitação e condições de vida nos bairros espontâneos.
- Substituir “famílias desestruturadas” por “famílias disfuncionais” uma vez que a problemática reside no facto das famílias não funcionarem e apresentarem múltiplas disfunções e não no facto de não estarem estruturadas.
- Analisar a questão do Turismo aparecer ao mesmo tempo como ameaça e oportunidade sendo que o aumento do turismo deverá ser visto mais como oportunidade do que como ameaça para a Cidade de Espargos.

- Necessidade de maior acompanhamento das famílias nos bairros periféricos, principalmente nos bairros espontâneos informais, cuja maioria é bastante carenciada e não dispõe de apoios, sentindo-se praticamente abandonados e desesperançados.
- Reflectir sobre as acções de destruição das novas habitações clandestinas pois estas resultam da falta de políticas e programas habitacionais coordenadas entre o poder local e central.
- Reflectir/agir sobre o valor da construção por m2 nos municípios/cidades que impede que até mesmo jovens licenciados com condições de trabalho/vida entre boas ou razoáveis consigam aceder facilmente à habitação própria e é demasiado pesado para as pessoas/famílias mais carenciadas, os quais em muitos casos recorrem à habitação clandestina.
- Reflectir sobre a imagem urbana/arquitectónica que se pretende para a Cidade de Espargos.
- Necessidade de dar seguimento ao estudo (PUE) e densificar as orientações/pistas nela apontadas, de modo à dar resposta às necessidades/fragilidades identificadas.
- Analisar o facto de Espargos ser uma Cidade cinzenta (habitações sem acabamento exterior, com a cor do cimento) sendo necessário regulamentar a questão das fachadas das habitações/edifícios, por exemplo, instituindo que as casas ao menos sejam caiadas, bem como de ser uma Cidade castanha que apresenta um défice de espaços verdes sendo necessário pensar em pequenos parques florestais para a cidade.
- Reflectir sobre a actual situação de terciarização dos serviços de saneamento uma vez que não tem sido capaz dar uma resposta adequada à cidade, por exemplo, havendo constantemente contentores de lixo cheios e locais com lixo espalhado pela via pública o que consubstancia em problemas para a saúde pública.
- Considerar a problemática dos animais abandonados nas ruas (cães e gatos) e na melhor forma de resolver esse problema.
- Necessidade de criação de um plano de manutenção do património edificado.

- Manifestação de interesse e disponibilidade da Escola Secundária Ramiro Alves para a acolher jovens para a realização de formação académica e/ou profissional no âmbito de um projecto municipal, sendo que, por exemplo, durante o dia a escola fica fechada e dispõe de recursos (espaço, equipamentos, etc.) que podem ser aproveitados para a reintegração de jovens que abandonaram o sistema educativo e/ou que pretendem inserir-se no mercado de trabalho (por conta própria ou de outrem).
- Esclarecimentos da Directora-Geral do Ordenamento do Território de que para a disponibilização de solos para a construção são necessários planos de ordenamento do território, sendo que o governo actual elegeu o ordenamento do território como um dos eixos de desenvolvimento de Cabo Verde, estando a elaborar uma série de instrumentos para esse fim (ex. Lei das Operações Urbanísticas, ...) paralelamente à promoção da Educação Para a Cidadania Territorial.
- Esclarecimentos do Vereador do Ambiente e Saneamento da CMS, Antero Alfama, de que a CMS dispõe de planos de requalificação do espaço urbano que prevê a construção de espaços verdes, alguns dos quais já estão criados, outros em curso.

Espera-se que a partir do estudo feito, se estabeleçam prioridades e se fixem estratégias e metas a alcançar, permitindo ao município assegurar as bases para um desenvolvimento local sustentado, que contribua efectivamente para o bem-estar da população local.

ANÁLISE SWOT PARA GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO

<p>FORÇAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sensibilidade do Município no reforço da capacidade técnica de intervenção nos domínios do planeamento, gestão urbanística e promoção habitacional. 2. Assumpção, por parte da CMS, do sector do turismo como eixo estratégico e fundamental para a ilha do Sal promovendo diversos projectos nomeadamente nas seguintes áreas: imagem turística, qualidade da oferta turística, acessibilidades, incentivos na instalação de clínicas privadas, comércio, entre outros. 3. Existência de técnicos e gabinetes especializados. 4. Existência de instrumentos de planificação, ordenamento e gestão do território (PMD; PDM; PDU; EDM; PAM). 5. Existência de centros de formação profissional e de associações sócio-comunitárias. 6. Existência do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral e do Porto Palmeira. 7. População jovem, alta taxa de escolaridade, “Morabeza”. 	<p>FRAQUEZAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Insuficiência de recursos humanos especializados. 2. Instabilidade do quadro técnico municipal. 3. Inexistência de um cadastro que permite a harmonização dos procedimentos e uma transparência na gestão dos terrenos. 4. Inexistência de toponímia. 5. Fracos mecanismos de cobrança de receitas municipais. 6. Turismo não sustentável, forte dependência externa, elevado custo de vida, insuficiente produção agro-pecuária, falta de infra-estruturas de apoio à pesca artesanal, mão-de-obra não qualificada. 7. Famílias disfuncionais, venda e consumo de drogas, alcoolismo, prostituição. 8. Pressão sobre os solos urbanos e especulação fundiária.
<p>OPORTUNIDADES</p>	<ol style="list-style-type: none"> 8. Descentralização como um eixo estratégico para o reforço da democracia, a promoção do bem-estar económico e social do país. 9. Geminações e cooperação descentralizada. 10. A Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV), pessoa colectiva de direito público, cuja vocação é a promoção, defesa, valorização e representação do poder local. 11. Existência de uma sociedade multicultural que pode ser potencializada para a geração de rendimento/emprego. 12. Turismo (como gerador de receitas e impulsionador do desenvolvimento em várias vertentes). 	<p>AMEAÇAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 9. Dependência financeira para a elaboração e implementação de projectos. 10. Crise internacional (seus efeitos, atendendo sobretudo à vulnerabilidade da ilha do Sal). 11. Fluxo migratório intenso não seguido sempre por políticas de integração (impacto do crescimento demográfico acelerado nas condições de vida).

ANÁLISE SWOT PARA HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIRROS ESPONTÂNEOS/INFORMAIS

<p style="text-align: center;">FORÇAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. SALHABIT - Empresa Municipal de Promoção Habitacional criada para dar resposta ao défice habitacional na ilha. 2. Programa Social de Realojamento do Município do Sal (diagnóstico social sobre as zonas informais e a população mais carenciada da zona periférica de Espargos, fichas/base de dados de beneficiários, formação de beneficiários, Manual dos Moradores para formação de beneficiários de moradias sociais, etc.). 3. Programa de apoio à autoconstrução para dar resposta às famílias (chefadas maioritariamente por mulheres) detentoras de lotes mas ainda com poucos recursos financeiros. 4. Existência de mão-de-obra jovem qualificada. 5. Vontade manifesta (abertura) da maior parte dos residentes dos bairros espontâneos para mudar as suas condições de habitabilidade e de vida. 	<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elevado custo de vida versus défice habitacional. 2. Baixo rendimento familiar (desemprego, emprego precário, dificuldades no desenvolvimento de actividades próprias geradoras de rendimento). 3. Custo elevado da construção por m² / Dificuldades no acesso à habitação própria. 4. Falta de recursos financeiros para a construção de habitação social e o apoio na auto-construção como medida de combate ao défice habitacional da Cidade de Espargos. 5. Dificuldades na fiscalização da construção de novas habitações clandestinas, crescimento das zonas de barracas e surgimento de novos focos com construções informais. 6. Fraca educação para a cidadania: desvalorização e vandalização de espaços públicos e privados (habitações, ruas, equipamentos). 7. Recursos humanos qualificados insuficientes para garantir o acompanhamento constante e de proximidade das populações residentes nos bairros espontâneos. 8. Imagem urbana/arquitectónica da cidade de Espargos (necessidade de impor o acabamento das fachadas das habitações e dos edifícios)
<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Geminação e cooperação descentralizada. 2. Programa Casa Para Todos (previsão de construção de 1000 fogos/ moradias no Espargos). 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dependência financeira para a elaboração e implementação de projectos. 2. Crise internacional. 3. Fluxo migratório intenso não seguido sempre por políticas de integração (impacto nas condições de habitabilidade e de vida).

ANÁLISE SWOT PARA SEGURANÇA URBANA

FORÇAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Início da implementação do plano de infra-estruturação e requalificação urbana que inclui a melhoria das infra-estruturas básicas. 2. Existência no Concelho de equipamentos sociais, como escolas, centros de formação profissional, escola de arte e centros de atendimento e aconselhamento. 3. Existência de associações/grupos sociocomunitários organizados. 	FRAQUEZAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Forte exposição a riscos e vulnerabilidades devido ao rápido crescimento populacional originando (delinquência, violência, perda gradativa do sentido do bem comum e dos laços afectivos com o lugar de residência). 2. Tráfico/consumo de drogas, principalmente na zona periférica de Espargos. 3. Desemprego e falta de ocupação/ociosidade de uma parte da camada juvenil. 4. Famílias disfuncionais, alcoolismo, prostituição. 5. Insuficiência de espaços de lazer e convívio qualificados nos bairros periféricos. 6. Existência de construções inacabadas. 7. Deficiente iluminação pública. 8. Turismo (desenvolvimento sem o acompanhamento com políticas sustentáveis e que promovam a responsabilidade social).
OPORTUNIDADES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência do Centro de Formação da Polícia Nacional. 2. Turismo (oportunidades de emprego). 3. Programa Nacional «Jovem e Coesão Social» como instrumento de promoção do empreendedorismo. 	AMEAÇAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inexistência de legislação sobre a criação de Polícia Municipal, não obstante o previsto na Constituição da República. 2. Reduzida coordenação entre diferentes intervenientes da sociedade civil no sentido de antecipar possíveis impactes negativos do espaço edificado sobre a segurança pública. 3. Dependência do financiamento para elaboração e implementação de planos e projectos propostos.

ANÁLISE SWOT PARA SERVIÇOS URBANOS DE BASE

FORÇAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa de Infra-estruturação e Requalificação Urbana visando melhorias nas condições sociais, económicas, político-administrativas, entre outras. 2. Existência de instrumentos de gestão territorial (PDM, PAM/PANA II, PGRSU, PDAR). 3. Gestão dos resíduos sólidos urbanos a cargo de uma empresa pública/privada (SALIMPA) / Aterro sanitário de Morrinho de Açúcar. 4. Rede viária em boas condições que ligam os principais centros populacionais da Ilha. 5. Existência de produtor independente de energia eléctrica e água na ilha (APP) aliada aos investimentos realizados no sector de energias renováveis (eólica e solar). 	FRAQUEZAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rápido crescimento demográfico não acompanhado de investimentos nos sectores chaves de desenvolvimento. 2. Produção crescente dos resíduos em virtude do aumento demográfico e forte desenvolvimento, em particular no sector turístico. 3. Insuficiência de recursos energéticos e hídricos. 4. Deficiente educação para a cidadania.
OPORTUNIDADES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assumpção, por parte do Governo Central, da agenda de Educação para Todos, de Dakar, e da Declaração do Milénio os quais privilegiam estratégias que visam essencialmente a melhoria de acesso e da qualidade das aprendizagens escolares. 2. Geminação e cooperação descentralizada. 	AMEAÇAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fluxo migratório intenso não seguido sempre por políticas de integração (expansão urbana/maior esforço na infra-estruturação). 2. Dependência do financiamento para implementação dos projectos propostos.

ANÁLISE SWOT PARA AMBIENTE E RISCOS URBANOS

FORÇAS	<ol style="list-style-type: none"> Existência de diversos instrumentos de gestão territorial (PDM, PAM/PANA II, PGRSU, PDAR) abrangendo de forma integrada a preservação do ambiente e, conseqüentemente, prevenindo os riscos urbanos. Existência de Plano hidrológico de Espargos. 	FRAQUEZAS	<ol style="list-style-type: none"> A fraca capacidade técnica e administrativa na área do ambiente a nível dos serviços públicos nacional e municipal. Parcos recursos financeiros que dificultam a materialização dos diversos planos de gestão territorial e ambiental prevenindo os riscos urbanos. Fraca capacidade financeira das famílias para construção de habitações (riscos de desabamento de tectos). Deficiente educação, formação, informação e sensibilização ambiental. Aumento do Turismo (pressão sobre o território).
OPORTUNIDADES	<ol style="list-style-type: none"> Quadro jurídico em matéria ambiental muito forte no país acoplado às várias convenções e acordos internacionais a que se encontra vinculado. Junção das valências Ambiente e Ordenamento do Território num único Ministério (permite uma maior articulação). 	AMEAÇAS	<ol style="list-style-type: none"> Aumento do tráfego aéreo (potencializa risco de acidentes aéreos). Fluxo migratório intenso não seguido sempre por políticas de integração. Dependência do financiamento para implementação dos projectos propostos.

ANÁLISE SWOT PARA GÉNERO

FORÇAS	<ol style="list-style-type: none"> Compromisso de implementar políticas específicas direccionadas à promoção da igualdade e equidade de género. Existência de agentes de intervenção social formados na área em acções promovidas pela CMS em parceria com ONG's nacionais e internacionais. Existência de mulheres c/qualificação e ocupando cargos de poder. Rede SOL de Apoio à Vítimas de Violência Baseada no Género. Existência de uma instituição de micro-finanças (Morabi). 	FRAQUEZAS	<ol style="list-style-type: none"> Disfuncionalidade das famílias. Fraco impacto do Planeamento familiar na mudança de atitudes e comportamentos. Inexistência de plano municipal de Igualdade e Equidade do Género. Alta taxa de irresponsabilidade parental. Falta de sistemas de apoio para supervisão e ocupação das crianças durante horário laboral (Amas, ATL). Fraca valorização e auto-estima de mulheres.
OPORTUNIDADES	<ol style="list-style-type: none"> Quadro jurídico cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género. Objectivos do Milénio: objectivo 3 (Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres). Nova Lei contra a Violência Baseada no Género (VBG) - Lei n.º 84/VII/2011 - que define a VBG como crime público, alvo de um procedimento criminal urgente - o ministério público e a polícia têm o prazo de 48h para tomar as primeiras diligências. Plano Nacional para a Igualdade e Equidade do Género. 	AMEAÇAS	<ol style="list-style-type: none"> Dependência financeira para a implementação de projectos.

ANÁLISE SWOT PARA VIH/SIDA

FORÇAS	<ol style="list-style-type: none">1. Sensibilidade dos eleitos municipais quanto às questões do género e do VIH/SIDA.2. Existência de um Comité Municipal de Luta contra o VIH-SIDA.3. Existência de ONG s e OSC s (Morabi e Verdefam, principalmente) de apoio aos infectados e afectados pelo VIH-SIDA.	FRAQUEZAS	<ol style="list-style-type: none">1. Fraco impacto do Planeamento familiar na mudança de atitudes e comportamentos.2. Insuficiente humanização de profissionais da saúde.3. Estigmatização social das pessoas afectadas pelo vírus.
OPORTUNIDADES	<ol style="list-style-type: none">1. Objectivos do Milénio: objectivo 6 (Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças).2. Plano Nacional de Luta Contra VIH/SIDA.	AMEAÇAS	<ol style="list-style-type: none">1. Dependência financeira para a implementação de projectos.2. Efeitos negativos do Turismo (pela pressão que exerce sobre o território; turismo sexual).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Plano Municipal de Desenvolvimento, Câmara Municipal do Sal, 2006
- Plano Director Municipal, Câmara Municipal do Sal, 2007
- Estudos Socioeconómicos dos Bairros periféricos de Espargos, SO.PRO.SAL, 2008
- Plano Ambiental Municipal do Sal, ANMCV, 2003
- Esquema de Ordenamento do Território Municipal, Câmara Municipal do Sal, 1996
- Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza II, Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008
- Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem-Estar, INE 2007
- Censo 2000, INE-CV
- Censo 2010, INE-CV
- Regime Jurídico dos Solos, Dec.-Legislativo N.º 2/2007, de 19 de Julho, B.O. 1ª Série
- Estatuto dos Municípios, Lei N.º 134/IV/95, de 03 de Julho
- Lei das finanças Locais, Lei N.º 79/VI/2007, de 5 de Setembro
- Plano Director das Águas Residuais, Câmara Municipal do Sal e Prack Consult GmbH, Março 2006

ACRÓNIMOS

AGR Actividades Geradoras de Rendimento

AIAC Aeroporto Internacional Amílcar Cabral

AIB Aeroporto Internacional Boavista

AISV Aeroporto Internacional São Vicente

ANMCV Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos

APP Águas de Ponta Preta

ATL Actividades de Ocupação de Tempos Livres

CMS Câmara Municipal do Sal

EDOM Esquema Director de Ordenamento do Território

EUA Estados Unidos da América do Norte

GIMDS Grupo Independente para a Mudança e Desenvolvimento do Sal

GIMS Grupo Independente para a Continuação da Mudança e Desenvolvimento do Sal

IAE Instituto de Actividades Económicas

IATA International Air Transport Association (Associação Internacional Transportes Aéreos)

ICIEG Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género

INE Instituto Nacional de Estatísticas

INGRH Instituto Nacional Gestão dos Recursos Hídricos

MAHOT Ministério do Ambiente Habitação e Ordenamento do Território

NAP Novo Aeroporto da Praia

ODM Objectivos do Milénio

ONG Organizações Não-governamentais

ONU Organização das Nações Unidas

OSC Organizações da Sociedade Civil

PAM Plano Ambiental Municipal

PANA Plano de Acção Nacional para o Ambiente

PD Plano Detalhado

PDAR Plano Director Águas Residuais

PDM Plano Director Municipal

PDU Plano de Desenvolvimento Urbanístico

PGRSU Plano Gestão Resíduos Sólidos Urbanos

PMD Plano Municipal de Desenvolvimento

PMIEG Plano Municipal para a Igualdade e Equidade de Género

PN Polícia Nacional

PUE Perfil Urbano de Espargos

QUIBB Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem-estar

RSU Resíduos Sólidos Urbanos

VBG Violência Baseada no Género

VIH Vírus da Imunodeficiência Humana

SWOT Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

PROGRAMA PARTICIPATIVO DE MELHORIA DOS INFORMAIS

PSUP (PARTICIPATORY SLUM UPGRADING PROGRAMME)
FASE 1 – ELABORAÇÃO DOS PERFIS URBANOS LOCAIS E NACIONAL

- CABO VERDE -

ATELIER DE CONSULTA LOCAL – Biblioteca Municipal Jorge Barbosa – Espargos - DATA: 15-11-2011

NOME	INSTITUIÇÃO
AUGUSTO ÉVORA	Hospital do Sal
FELISBERTO ALVES	Assembleia Municipal
JORGE LOPES RODRIGUES	APESOM
JORGE HILÁRIO FERNANDES	Ass. Pescadores Pedra Lume
CLAYTON FERREIRA	Igreja do Nazareno
MAROANO NUNQUE	Igreja do Nazareno
JOÃO ANDRADE	Paróquia N. Sra. Das Dores
MÓNICA PINTO	Arquitecta - CMS
LUÍS PINTO	Eng.º - CMS
MANUEL J. MONTEIRO	Grupo ORION
AUGUSTO DOS REIS	Escola RAF
VANUSA SANTOS	CMS
ANTERO ALFAMA	CMS - Vereador
SILVINO LOPES DA VEIGA	Polícia judiciária
GILDA MARINHA MONTEIRO	CMS - Vereadora
KÁTIA MEDINA DE CARVALHO	DMED - Sal
MARIA DA LUZ LOPES	Escola Profissional do Sal
MÁRIO LOPES	CMS
JOSÉ JOÃO DUARTE SILVA	CMS – GT
WAGNER DUARTE	CMS – GT
TEODORA NEVES	RA – AMAO – Sal
JUDITE SANTOS	CMS - Vereadora
ARMINDA LOPES	Ass. Chã de Matias
M. AIDÉ SANTOS	Associação Anjos
SÍLVIO STALONE	Escuteiros
OLAVO DA LUZ	Verdefam
PAULO MIGUEL DUARTE	Delegação Municipal – Santa Maria
DEMIS LOBO ALMEIDA	Delegação da CI
PEDRO BETTENCOURT	Assessor CI
CHEILA PINTO	Centro de Juventude
JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA	Assembleia Municipal
MALIDIDSON SOARES	CM Sal – DSTU
CARMEN S. C. NEVES	DSTU – CM Sal
MARIA J. S., BRITO	A. Municipal – Sal
ELÍSIO NEVES	CM Sal – GEPE
JEIZA TAVARES	DGOTDU
JANICE DA SILVA	ONU-Habitat

CONTACTOS

Kerstin Sommer - Responsável Global do PSUP na ONU - HABITAT: email: kerstin.sommer@unhabitat.org

Mathias Spaliviero - Conselheiro Regional da ONUHABITAT para África: email: Mathias.Spaliviero@unhabitat.org

Janice Helena Da Silva - Coordenadora da ONU-HABITAT para Cabo Verde: email: janice.silva@cv.jo.un.org; janice.silva@undp.org

Jeiza barbosa - Directora da DGOTDU e Ponto Focal do PSUP no Governo de Cabo Verde: Jeiza.Tavares@mahot.gov.cv

Judite Santos - CMS - Vereadora: judite.n.santos@cmsal.gov.cv